

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LUCAS GARCIA CAMPAGNARO

POLÍTICA HABITACIONAL NO PERÍODO MILITAR: REORGANIZAÇÃO E  
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Recife  
2017

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Lucas Garcia Campagnaro

**POLÍTICA HABITACIONAL NO PERÍODO MILITAR: REORGANIZAÇÃO E  
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Winnie Emily Fellows.

Recife  
2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

C186p Campagnaro, Lucas Garcia.  
Política habitacional no período militar: reorganização e  
segregação socioespacial / Lucas Garcia Campagnaro. - Recife, 2017.  
70 f. : il. col.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Winnie Emily Fellows.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e  
Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.  
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Espaço. 3. Desenvolvimento. 4. Segregação  
socioespacial. I. Fellows, Winnie Emily. II. Faculdade Damas da  
Instrução Cristã. III. Título.

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2018-080)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LUCAS GARCIA CAMPAGNARO

**POLÍTICA HABITACIONAL NO PERÍODO MILITAR: REORGANIZAÇÃO E  
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Winnie Emily Fellows.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Winnie Emily Fellows, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>, FADIC.  
Orientadora

---

Lúcia de Andrade Siqueira, Prof<sup>a</sup> MSc, Faculdade dos Guararapes  
Examinadora externa

---

Ana Maria Filgueira Ramalho, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>, FADIC  
Examinadora interna

Dedico a todos os sonhadores do mundo, que desejam cada dia mais, a paz, a harmonia e o amor em nossas sociedades saturadas de ganância e poder.

A todas as pessoas que um dia sofreram ou sofrem qualquer tipo de segregação, seja ela social, espacial, étnica, de gênero, econômica, entre outras, ainda lutamos, e continuaremos a lutar, desistir jamais.

Aos meus professores, que ontem me viram aprender, e hoje me veem ensinar. Meu muito obrigado.

Por fim, e mais importante, a minha família, não só a de sangue, mas todos aqueles a quem cultivo um imenso carinho. Essa conquista também é de vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao corpo docente da Faculdade Damas, que sempre com muito ética, profissionalismo, conhecimento e calma, conseguiram me ensinar coisas extremamente valiosas, e que mesmo fora da arquitetura e do urbanismo, levarei para a minha vida, como mantra, como um verdadeiro aprendizado.

A querida orientadora e professora Winnie, que mesmo entrando quase agora na loucura da Faculdade, topou esse projeto juntamente a mim, e que com maestria conseguiu entender todos os meus devaneios e loucuras ao longo desse cansativo e recompensante projeto, entendendo meu tempo e meu modo de pensar, muitas vezes louco, outras muitas desleixado, mas sempre trazendo inúmeras ajudas de extrema importância, e ainda digo, uma orientadora de incrível respeito. Obrigado, prof<sup>a</sup>!

Aos meus queridos professores Ana e Pedro, que primeiramente me aguentaram por cinco inteiros e longos anos, e que me viram tornar a pessoa que me apresento hoje. Professora, meu muito obrigado por me apresentar a causa da cidade, ela que esta aqui, e sempre vai estar 24h por dia, e por sempre me lembrar de nunca esquecer que alem de um Arquiteto, sou Urbanista, e com muita honra seguirei com prazer e garra esse caminho tão árduo que é tentar levar um pouco mais de clareza, respeito, e dignidade ao mundo, nunca me esquecendo de que quem verdadeiramente importa são as pessoas, e que elas não somem quando chegamos em casa, ou quando deitamos em nossas camas, elas estão la, e precisam de nós. Professor, meu muito obrigado, por mais uma vez me aguentar no seu ouvido com perguntas e mais perguntas, pelas inúmeras ajudas e conselhos, obrigado por acreditar em mim e sempre me empurrar a fazer o meu melhor, provando não só as pessoas, mas a mim mesmo que eu consigo fazer tudo o que eu me proponho a fazer. Aqui esta, feito.

Aos meus amigos de sala, que fizeram a estadia nessa Faculdade ser incrementada a mil, ao som de brigas e amores, fizemos nossa passagem memorável, acreditem.

Aos meus amigos da vida, que sempre estiveram do meu lado, desde a época que ainda não sabia diferenciar o mas do mais, e que sempre, conseguiram ouvir meus dramas, minhas carências e meus problemas da vida. Vocês foram, são, e sempre serão meus grandes amores, minhas almas gêmeas, e a vocês um imenso obrigado.

A toda a equipe da PERPART, em especial Aryanne, que ajudaram a elevar incrivelmente o nível deste trabalho, e a todos o entrevistados, que pacientemente me atenderam e que pude ouvir um pouco de suas histórias, meu obrigado.

Em especial a Família Farias, minha segunda família, meus amores e anjinhos da guarda, meu muitíssimo obrigado a tudo que foi feito por mim, e nunca, nessa vida e nem em próximas serei possível de expressar o quanto eu sou grato a vocês.

A minha família, que me ajudou a construir a pessoa que eu sou, com toda moral, ética e educação necessárias a uma boa formação. A minha mãe, incrível, que sempre batalhou e lutou para dar tudo o de melhor, não só materialmente, a mim e a minhas irmãs, a senhora é incrível.

Ao meu pai, que assistiu cada construção de cada palavra escrita nesse trabalho, cada letra posta, cada erro ortográfico grifado de vermelho. Espero um dia ser um por cento do homem que você foi, e tenho a plena certeza que você viu o esforço e a luta para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigado por tudo meu astronauta, espero ter te orgulhado com mais essa conquista, e não vejo a hora de poder desbravar o universo ao seu lado, te amo.

“The power of the people is much stronger  
than the people in power”

– WaelGhonim

## RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo aportar novas reflexões sobre política habitacional e questões espaciais durante o período militar, contribuindo assim com as discussões sobre o tema que já vem sendo protagonizadas por grandes autores como Ermínia Maricato e Henri Lefebvre, entre outros. O fato de não haver muita literatura sobre esses assuntos, principalmente com relação às questões de segregação socioespacial geradas pelos sistemas financeiros, foi o motivo maior para o desenvolvimento deste trabalho. Partiu-se do pressuposto que o passado é chave importante para o entendimento do presente, pois mesmo que pareça absurdamente longe, o passado sempre terá uma maneira de influenciar a vivência atual, principalmente no espaço social, o qual se liga, sempre, diretamente aos objetos e ações criados no passado, pelos próprios indivíduos da sociedade. Olhar e entender o passado são também uma forma de entender a segregação que possuímos hoje, não nossa, mas do meio social no qual convivemos, e que diariamente tratamos de olhos fechados, como uma moldura exposta na parede, que olhamos uma vez ou outra. Os conceitos básicos que deram suporte à pesquisa foram por isso mesmo, **espaço, desenvolvimento e segregação socioespacial**, a partir do entendimento de Santos (1978; 2002), de Souza (2002), de Castells (2000) e de Lefebvre (1968), tendo-se chegado a um novo entendimento sobre produção (positiva e negativa) e sobre distribuição (favorável e adversa) do espaço. Sob esse novo entendimento de produção e distribuição do espaço, foi desenvolvido o trabalho. Quanto ao método de pesquisa, foi utilizado o Estudo de Caso, tendo sido pesquisada a produção da COHAB –PE e da COHAB-Recife na Região Metropolitana do Recife no período entre 1964 e 1985. Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental (especialmente pesquisa no acervo documental da Pernambuco Participações e Investimentos S/A - Perpart, órgão que tem como uma das missões, gerir direitos e obrigações de empresas extintas e em extinção pelo estado) e a aplicação de entrevistas e questionários em moradores atuais e antigos moradores desses conjuntos. Esse estudo permitiu concluir que essa pesquisa se mostra suficiente para demonstrar que houve sim, um tipo severo de segregação socioespacial, com a criação de novas ocupações irregulares, favelas e exclusão social. Com uma junção dos três parâmetros dados por Lefebvre para explicar a segregação, a RMR do Recife se mostrou passiva a esse tipo de mal, e que durante os anos da ditadura militar sofreram com isso, não só seus indivíduos, mas também seu espaço social e urbano.

Palavras-chave: Espaço.Desenvolvimento. Segregação socioespacial

## ABSTRACT

This research aims to provide new insights on housing policy and spatial issues from the military period, there by contributing to discussion of the theme, which has been previously addressed by great authors such as Ermínia Maricato and Henri Lefebvre, among others. The lack of literature addressing these subjects, specially regarding the social-spatial segregation issues caused by financial systems, was the main reason for the evolving of this work. It is based on the assumption that the past is an important key to the understanding of the present, taking under consideration that no matter how terribly distant it may seem, the past has its ways of affecting present living, mainly when it comes to the social space, which connects, constantly, directly with actions and objects from the past, made by the very owns individuals of society. Observing and understanding the past are tools to the comprehension the current segregation, not ours, but of the social environment that we live in, and that we chose to neglect like a picture on the wall we only check eventually. The basic concepts used to support this research were, therefore, space, development and socio-spatial segregation, from the understandings of Santos (1978;2002), Souza (2002), Castells (2000) and Lefebvre (1968), having reached a new knowledge of of production (positive and negative) and distribution (favorable and adverse) of space. From this new perception of production and distribution of space the work progressed. As for the research method, it was used the Case Study, having researched the production of COHAB-PE and COHAB-Recife in the Metropolitan Region of Recife between 1964 and 1985. In terms of research techniques, a bibliographical and documentary research (specially research in the documentary archive of Pernambuco Participações e Investimentos S/A - Prepare, whose missions include the management the rights and obligations of extinct or extinct by the state companies) and the use of questionnaires and interviews with current, and past, residents of said buildings. The study has allowed us to conclude that this research is enough proof that there was some sort of severe socio-spatial segregation that resulted from the creation of new irregular occupations, favelas and social exclusion. With the combination of three parameters given by Lefebvre to explain segregation, the Metropolitan Region of Recife was passive to this type of issue, and not only its individuals but also its social and urban space suffered from it.

Keywords: Space. Development. Socio-spatial

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**SFH** – Sistema Financeiro da Habitação

**BNH** – Banco Nacional da Habitação

**FGTS** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

**COHAB** – Companhia de Habitação

**COHAB-PE** – Companhia de Habitação de Pernambuco

**COHAB-RECIFE** – Companhia de Habitação de Município de Recife

**CEHAB-PE** – Companhia Estadual de Habitação de Pernambuco

**ONG** – Organização Não Governamental

**IAP** – Instituto de Aposentadoria e Pensão

**FCP** – Fundação Casa Popular

**CH** – Conjunto Habitacional

**UH** – Unidade Habitacional

**UR** – Unidade Residencial

**EQP** – Equipamentos Públicos

**INPS** – Instituto Nacional da Previdência Social

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Favelados de mudam para parque residencial.....	24
<b>Figura 2</b> - Noticia da unificação das COHABs .....	39
<b>Figura 3</b> -Notícia sobreinvestimento em habitação - 1983.....	43
<b>Figura 4</b> – Notícia sobre recuperação de favelas - 1983 .....	43
<b>Figura 5</b> - Noticia sobre liberação de verbas a estado de Pernambuco - 1984 .....	47
<b>Figura 6</b> – Mustardinha e Mangueira.....	56
<b>Figura 7</b> - Noticia sobre o governo solidário.....	57

### MAPAS

<b>Mapa 1</b> -Conjuntos habitacionais em PE - entre 1964 e 1969.....	44
<b>Mapa 2</b> – Conjuntos habitacionais em PE – entre 1979 e 1986.....	44
<b>Mapa 3</b> - CH'S RMR 64 - 69 .....	9
<b>Mapa 4</b> - CH'S RMR 79 - 86 .....	9
<b>Mapa 5</b> - Núcleo Habitacional Catende .....	47
<b>Mapa 6</b> - Nucleo Habitacional Belém de São Francisco.....	48
<b>Mapa 7</b> – Unidade Residencial UR XI.....	49
<b>Mapa 8</b> - Áreas por categoria socioocupacional .....	58

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>Tabela 1-</b> Conjuntos Habitacionais do Sistema COHAB-PE .....	45
<b>Gráfico 1</b> - Avaliação dos Questionários com base nos parâmetros de Lefebvre .....	52

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO OU SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL</b>	<b>15</b>
2.1. Desenvolvimento e segregação socioespacial	16
<b>3. A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL COMO UM FATO SOCIOPOLITICO PARA A HABITAÇÃO.</b>	<b>18</b>
3.1. O espaço social	18
3.2. O espaço como produto	19
3.3. Tipos de produção	21
3.4. Distribuição do espaço produzido	24
<b>4. A QUESTÃO HABITACIONAL E SUAS POLÍTICAS.</b>	<b>27</b>
4.1. A questão habitacional pré-ditadura: de Vargas à Dutra	27
4.2. O Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH), e os planos sociais voltados a crise habitacional.	31
<b>5. O SISTEMA COHAB</b>	<b>38</b>
5.1. COHAB-PE e COHAB-RECIFE	39
5.2. Conjuntos Habitacionais feitos através do Sistema COHAB-PE (64-86)	42
5.3. Os níveis de segregação e a percepção dos usuários nas UH's e entorno	50
<b>6. REORGANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA QUESTÃO POLITICO-ECONÔMICA OU SOCIAL?</b>	<b>55</b>
<b>7. CONCLUSÕES</b>	<b>60</b>
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE	65
ANEXOS	66

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a formação da cidade moderna, com a locação das indústrias e a grande migração do povo para as cidades industriais, vê-se um grande desfalque no número de moradias disponíveis para suprir a necessidade habitacional das pessoas que vivem em qualquer tipo de sociedade. Esse desfalque se mostra atemporal, ou seja, ele não se restringe a aparecer em determinada época da história ou em situações isoladas no espaço social, ele se mostra de forma determinante no estilo de vida de grandes e pequenas cidades, que no meio urbano social se fixam. Por atemporal podemos dizer que essas cidades serão reflexo não só de uma vivência atual, mas também, de um passado, seja ele próximo ou distante, que de forma direta irá influenciar as diversas classes sociais contidas no espaço urbano, assim submetendo o indivíduo a produções espaciais diferentes, nos meios econômicos, de trabalho e habitacionais.

Sempre houve, ao longo do tempo, a relação direta entre o espaço e os indivíduos que nele habitam, de forma que esse espaço toma o papel principal na hora da distribuição e produção espacial, que irá definir a vida na sociedade da época em que ele for exposto, ou seja, o espaço dará uma significância singular aos indivíduos do meio urbano em diferentes épocas, influenciando também na transformação das cidades.

A grande procura pela moradia, não só digna, mas também de qualidade, fez com que houvesse a produção de diversos tipos de ações e objetos a serem colocados para suprir a problemática habitacional. Muitas dessas ações eram voltadas, teoricamente, para as classes de baixa renda, que dentro da sociedade por muitas e diferentes vezes são excluídas das predileções que através do espaço irão beneficiar a cidade. Uma dessas ações feitas pela sociedade são as Políticas Habitacionais desenvolvidas pelos governos e ministradas tanto por órgãos públicos quanto privados, que tomam a problemática como meio de ajudar a quem precisa – não sendo excludente o fato de que muitas empresas que prestam serviços não atendem as necessidades expostas a serem

supridas e que seus interesses transcendem apenas a vontade de ajudar a quem precisa, e sim visam o interesse próprio, mercadológico.

Com o objetivo de entender como essas políticas habitacionais influenciaram o meio de segregação socioespacial da época, que prevaleceu durante quase vinte anos no período autoritário no Brasil, deve-se voltar a entender que a produção do espaço não depende apenas de fatos no presente - como exemplado no parágrafo anterior – mas sim, engloba ações ocorridas no passado, de maneira que, o que se faz no presente foi influenciado por ações ora positivas, ora negativas, que em algum momento da história foram produzidas e impostas dentro do espaço social. A percepção do espaço se torna de grande importância para entender a dinâmica social, fazendo com que o indivíduo note as mudanças ocorridas no meio urbano e a partir daí faça o critério de julgamento deste espaço. Com base nisso, para um melhor entendimento do surgimento de novas políticas habitacionais no Brasil, durante a ditadura militar, precisa-se justamente entender com era o cenário social antes dela, e como toda a história influenciou para os ocorridos no período ditatorial.

A era que precede o golpe de 64 é marcada pela forte influência do estado novo no espaço social com Getúlio Vargas, e que apresentava em sua estrutura social uma grande crise econômica que refletia e influenciava em todas as áreas da sociedade. A questão habitacional surge com uma grande ênfase nos problemas que a classe operária estava sendo submetida com a crise da moradia, uma vez que a crise econômica também abalava as classes de trabalhadores, já que grande parte de seus salários começaram a se voltar para a moradia, deixando cada vez mais apertada a situação dessa parcela da população das cidades, que se encontrava, na época, em grande maioria. Essa problemática era grande interventora dos pensamentos ideológicos dessas classes, deixando assim, essa crise habitacional, ainda mais forte nos pensamentos da população para com o governo da época. Vargas via a classe trabalhadora, o proletariado como uma força massiva na incrementação da economia, já que eram essas pessoas que trabalhavam nas grandes indústrias que geravam lucro para o estado e companhias privadas associadas ao mesmo.

Essa relação conflituosa do estado vigente, o estado ditatorial, com a problemática da habitação fez com que houvesse a criação de empresas, instituições não governamentais – não associadas ao governo – que lutassem, mesmo que minimamente, para que houvesse a aplicação dos direitos básicos à moradia aos trabalhadores e a todas as pessoas que, dentro da sociedade estavam sendo lesadas com o déficit habitacional que crescia cada vez mais.

Com todas essas iniciativas, ocorreu até a criação de novas vagas, profissionais, áreas, que pudessem tratar da questão habitacional, assim como ONGs e até empresas privadas que se viam no poder de ajudar tal causa. Nesse contexto de tentar suprir as necessidades da moradia a quem precisava, a crise andava a passos cada vez mais largos, lado a lado da grande crise econômica que o país se encontrava. Dessa forma, conseqüentemente, passou a serem comprometidas outras classes da sociedade, que agora se viam atacadas pela falta de impulso e organização de tais políticas habitacionais. A classe média, grande formadora de opinião no meio social urbano passa a levantar a voz por meio da mídia, dando um maior destaque ao desfalque habitacional nas cidades. As ofertas de procura e venda, aumentaram negativamente, uma vez que a possibilidade de alugueis e outros meios passaram a ser substituídos por ofertas apenas de compra do imóvel próprio, que excediam cada vez mais os orçamentos dos cidadãos.

Já no período militar, a atuação dessas novas políticas habitacionais foram, de fato, benéficas em muitos aspectos refletidos na população, no entanto, o processo segregatório<sup>1</sup> gerado por elas, foi de um impacto ainda maior, se de um lado as pessoas estavam ganhando moradia através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), juntamente com as ações do Banco Nacional da Habitação (BNH), do outro o estado de marginalização, criado pela construção dos habitacionais, refletia negativamente na produção e distribuição do espaço social, agente causador da segregação. Ora, como pode ser de teor negativo as ações realizadas pelo SFH/BNH, se as pessoas estavam conseguindo o financiamento para obter a casa própria? O propósito enrustido dentro de tais ações era financeiro, ou seja, não amigo do desenvolvimento espacial, uma vez que

---

<sup>1</sup> Ato de segregar, processo de segregação.

o déficit habitacional se caracterizava pela falta de moradia e o estado de segregação se caracterizava pela falta de oportunidades e serviços ao bem geral, que dentro do meio financeiro, sempre visando o lucro mercadológico, expunha as pessoas a uma marginalização, levando elas à criação de espaços periféricos e “mal” aceitos pela população em geral, como a criação do termo favela, que designava as ocupações de pessoas que eram atingidas pela crise habitacional, e que eram excluídas do convívio social quando comparadas as classes média e alta.

O fato de não haver muita literatura que lide com esses assuntos, principalmente as questões de segregação socioespacial geradas pelos sistemas financeiros criados durante a ditadura militar, fez-se necessário o desenvolvimento deste trabalho, não só para ajudar a propor uma nova perspectiva em cima da narrativa de grandes autores que voltam seus estudos para os programas habitacionais e questões espaciais durante o período militar, como Ermínia Maricato e Henri Lefebvre, mas também o fato de que se precisa entender a história, entender os ocorridos no passado, como mais uma vez dito. O passado é chave importante para o entendimento do presente, mesmo que pareça absurdamente longe, o passado sempre terá uma maneira de influenciar a vivência atual, principalmente no espaço social, o qual se liga, sempre, diretamente aos objetos e ações criados no passado, pelos próprios indivíduos da sociedade. É também uma forma de entender a segregação que possuímos hoje, não nossa, mas do meio social que convivemos, e que diariamente tratamos de olhos fechados, como uma moldura exposta na parede, que olhamos uma vez ou outra.

Este trabalho foi estruturado em sete itens, incluídos esta Introdução (item 1), além das Referências e dos Anexos. No item 2, teórico, discute-se os conceitos de desenvolvimento e de segregação socioespacial, que como dito acima, faz-se necessário para não só a compreensão de como se dá um ato de segregação, mas entender como a cidade se desenvolve e cresce dentro do meio urbano e social, e no item 3 discute-se do ponto de vista teórico, a produção e distribuição do espaço social como um fato sociopolíticos para a habitação, com o desenvolvimento de novas perspectivas sobre esse assunto, dando novos conceitos. Essa discussão é feita ao longo de 4 subitens,

relativos ao espaço social, ao espaço como produto, aos tipos de produção e à distribuição do espaço produzido. O item 5 abriga a questão habitacional e suas políticas analisadas em dois momentos: inicialmente a questão habitacional pré-ditadura (de Vargas à Dutra) e em seguida, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH), e os planos sociais voltados a crise habitacional.

No item 5 chega-se ao objeto empírico da investigação, sendo analisados o Sistema COHAB (COHAB-PE e COHAB –RECIFE) e os conjuntos habitacionais feitos através desse sistema na Região Metropolitana do Recife, com representação de tabelas e mapas, ex. O item 6 apresenta reflexões teóricas, respectivamente sobre reorganização e segregação socioespacial como uma questão politico-econômica ou social. O item 7 corresponde às conclusões da pesquisa, apresentando as perspectivas alcançadas pelo trabalho quando se volta a pergunta norteadora, e em que medida seria comprovada a segregação socioespacial através das políticas habitacionais no período militar.

## 2. DESENVOLVIMENTO OU SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Para que haja o entendimento dos conceitos de desenvolvimento e segregação socioespacial, é preciso situar-se da significância do espaço nesses dois contextos. O espaço passa a ser um agente direto na formação da sociedade, englobando não só a área física, como também as ações desenvolvidas pela população pertencente a esse espaço.

Segundo Santos (2002), esse espaço é a junção inseparável entre sistemas de objetos e ações, ou seja, o espaço é a própria sociedade, ele reflete as ações dessa população tanto no presente, como do passado.

O espaço uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (SANTOS, 2002. p. 104).

Esse espaço uma vez que se apresenta positivamente na sociedade, tanto em formas econômicas, sociais ou simbólicas, remete ao conceito de desenvolvimento, ou seja, o conceito de desenvolvimento socioespacial reflete o crescimento positivo do espaço em meio a sociedade, logo, quando esse espaço não gera positividade nesse meio social, ele produz a segregação socioespacial.

O meio social sempre se conflitou em definir se há o desenvolvimento ou a segregação, mas sempre temos que ter em mente que esses dois conceitos não podem ser postos apenas de uma forma, ou seja, eles não são objetivos como sua teoria. Há ações, objetos, símbolos que possam mostrar que de fato o espaço está em desenvolvimento socioespacial, mas ao mesmo tempo pode haver outros que mostrem que a sociedade segue em um ritmo a encontrar a segregação. Com isso, deixa-se claro que em toda sociedade esses dois conceitos andam juntos, não sendo necessária a existência de um ao outro, a sociedade sempre irá mostrar que os dois estão presentes no espaço social, basta definir-se se essa sociedade como um todo segue uma linha ou a outra.

## 2.1. Desenvolvimento e segregação socioespacial

O conceito de desenvolvimento vem por muito tempo sendo relacionado ao economiscismo<sup>2</sup>, etnocentrismo<sup>3</sup>, o que desvirtua o entendimento do desenvolvimento no meio social, ligando-o a visão capitalista-etnocentrista. Segundo Souza (2002), o desenvolvimento socioespacial deve retirar-se desse entendimento equivocado, e passar a ser relacionado ao desenvolvimento positivo, ou seja, uma mudança social positiva, em todos os meios, seja econômica, social, simbólico.

Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento socioespacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento na justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas, igualdade e espacialidade. (SOUZA, 2002. p. 61).

Por este meio Souza (2002), liga diretamente o espaço ao desenvolvimento, logo, se o espaço é o reflexo da sociedade, o desenvolvimento ocorre na própria sociedade, por meio de uma justiça social e igualdade, não só econômica, mas social.

No que tange à melhoria da qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população. (SOUZA, 2002. p. 62).

Assim como reforça Carvalho (2013), o modo de vida da sociedade no espaço demonstra se esse meio social desenvolve positivamente, pois nessa sociedade, como diz o autor, não apresentará choque de realidade e sim um complemento entre elas, e sua organização estrutural se dará de forma harmônica e igualitária.

---

<sup>2</sup> É um termo utilizado para criticar o reducionismo econômico, que é redução de todos os fatos sociais a dimensões econômicas.

<sup>3</sup> Visão de mundo característica de quem considera o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade socialmente mais importante do que os demais.

O tipo de urbanização<sup>4</sup> da cidade evidencia o grau de desenvolvimento do povo que a construiu e a habita, enriquecendo a experiência humana com um enorme e amplo universo onde, em vez de as realidades se chocarem, elas se complementam no exercício do respeito, da solidariedade e da cidadania. (CARVALHO, 2013. p. 35, referências numérica nossa).

Caso contrário, se esse desenvolvimento se apresentar negativo, ou seja, se o espaço se desenvolver negativamente, então estaremos tratando do conceito de segregação socioespacial, como cita Carvalho (2013) sendo um processo de oportunidades desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecido pela cidade.

Para Castells (1983), o processo de segregação socioespacial, é um reflexo da distribuição espacial nas diversas classes sociais, ou seja, o crescimento desigual nas diversas áreas. Essa segregação para o autor se dá de forma mais clara, quando nota-se a tendência à diferenciação social refletida no espaço.

Uma vez esse espaço crescendo de forma desordenada socialmente, com diferenciação etnológica, econômica, social, haverá o processo de segregação, ao passo que se esse espaço cresce de forma igualitária e ordenada, esse processo trará o desenvolvimento socioespacial a tal sociedade, facilitando a vivência e a dinâmica do espaço.

---

<sup>4</sup>Processo deliberado de correção da Urbanização. Renovação Urbana, Reurbanização.

### **3. A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL COMO UM FATO SOCIOPOLITICO PARA A HABITAÇÃO.**

#### **3.1. O espaço social**

Para entender o espaço como um conceito, é preciso compreender que ele nunca terá uma definição única, pois a compreensão de espaço será definida por cada área de conhecimento que ele for estudado, seja a geografia, seja a arquitetura ou urbanismo. Logo, precisamos compreender o espaço como um fator geográfico e social, uma vez que esse espaço servirá como agente modificador da sociedade, e como um fator social, que assim, irá definir, por muitas vezes a compreensão de uma sociedade.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1978. p. 122).

Por ser um reflexo da sociedade, o espaço segundo Santos (1978), apresenta um crescimento desigual, uma vez que esse crescimento não se mostra de forma igualitária em todos os lugares, há lugares que crescem de forma diferente de outros, e isso já caracteriza um crescimento desigual do espaço criado.

O espaço social irá se definir pelas relações nele contidas, sendo atribuída a ele uma característica de produto e produtor, ou seja, ele agirá alterando as características da sociedade, e sendo alterado pela mesma. Segundo Santos (1979), o espaço é um fator social, um fato social e um fato histórico, servindo ainda como instância social. Pensamento similar, trás o sociólogo espanhol Castells (2000):

O resultado de uma história que deve se conceber como a obra de agentes ou atores sociais, de sujeitos coletivos, operando por impulsos sucessivos. De suas interações, de suas estratégias, sucessos e derrotas, resultam as qualidades e 'propriedades' do espaço urbano. Os ditos problemas da cidade são apenas a expressão mais refinada dos antagonismos de classes e da dominação de classe, que produziu historicamente o desenvolvimento das civilizações. (CASTELLS, 2000, p. 151, apud CARVALHO, 2013, p. 34).

Corrêa (2007) afirma que o espaço é alterado de acordo com o presente, mas ligado ao passado, ou seja, o espaço presente possui características de períodos anteriores, uma vez que esse espaço foi moldado com base em conceitos e propósitos da época, logo ele é sempre o mesmo, mas irá refletir a vivência atual, nunca se desvinculando do passado, apenas se adaptando. Essa adaptação, segundo o autor, pode variar entre valores econômicos e simbólicos, que irão justificar o porquê esse espaço esta sendo organizado de tal maneira.

A organização espacial acumula formas herdadas do passado. Elas tiveram uma gênese vinculada a outros propósitos e permaneceram no presente, por que puderam ser adaptadas às necessidades atuais, que não mudaram substancialmente ao longo do tempo. As formas espaciais herdadas do passado e presentes na organização atual apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica a sua permanência. (CORRÊA, 2007. p. 71).

### **3.2. O espaço como produto**

Entende-se o espaço como produto, quando nota-se que este espaço é a produção mutua e desuniforme dos indivíduos e da sociedade, ou seja, o espaço produzido se caracteriza como a junção de ações realizadas nele, por uma sociedade e por seus habitantes. Santos (1978) nos mostra pelo sociólogo Émile Durkheim, que o espaço social existe fora do individuo, mas ao mesmo tempo é o individuo que o modifica, refletindo tanto no mesmo, como na sociedade. Por outra via, esse espaço social se torna o agente transformador da sociedade e do individuo, fazendo o papel de produto e produtor, ou seja, todas as ações fazem parte de uma relação mutua entre o espaço e o

indivíduo, sendo o espaço passível de modificações pelo indivíduo e o indivíduo passível de modificações pelo espaço.

Segundo a aceção durkheimiana<sup>5</sup> o espaço é pois uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre o sujeito e o objeto. (SANTOS, 1978. p, 128.)

Pode-se entender ainda esse espaço como o fruto de uma produção, uma produção feita pelo indivíduo que o habita, e o mesmo sendo reconhecido como agente transformador deste produto. Ora, o espaço já existente possui características específicas e imutáveis de certa forma quando visto como um todo, por exemplo, aspectos geográficos atribuídos especificamente a aquele local, sendo essa característica não feita pelo homem e sim por uma ação natural, logo o espaço possui características próprias, mas não absolutas, ele será passível a produção de novas características e objetos, esses que serão criados e manipulados pelo indivíduo e pela sociedade que nele, no espaço, se encontram.

Assim, por não possuir características absolutas, esse espaço além de ser alterado pelo homem e pela sociedade, toma características temporais, tal como a época em que ele é produzido ou alterado. Se em determinada época há certa produção de objetos e ações o espaço refletirá essa produção nos indivíduos e na sociedade, sendo esse fato, positivo ou negativo, como explicado no capítulo anterior.

A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações, os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. (SANTOS, 2002. p. 97.)

---

<sup>5</sup> Linha de pensamento que segue os conceitos e predileções do sociólogo francês Emile Durkheim.

Tendo como função de agente e causa, o espaço social dominado por certas classes ou classe tende a refletir os aspectos e ações no restante dos indivíduos que nele residem, de forma que o espaço vire um grande aglomerado de ações e objetos que não visam a totalidade dos seus habitantes, não encaixando essa sociedade em um desenvolvimento espacial, pelo contrario, gera de forma agressiva uma segregação nitidamente vista. Esse reflexo que o espaço projeta na sociedade age de forma injusta, uma vez que esse espaço não foi transformado a favor da totalidade dos seus habitantes, as características que este espaço irá adquirir não serão homogêneas, nem de interesse comum.

Por tanto esses novos conjuntos de objetos e ações criados nesse espaço transformado, se dispõem de maneira a constituir um sistema hegemônico<sup>6</sup>, uma vez que a sociedade cresce de maneira desigual e desigualitária entre seus habitantes, ou seja, esse espaço tende a privilegiar determinada situação ou conjunto social, mais comumente os dominantes sejam economicamente, politicamente ou por influencia.

Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício. Ações novas podem dar-se sobre velhos objetos, mas sua eficácia é, assim, limitada. (SANTOS, 2002. p. 97)

### 3.3. Tipos de produção

Considerando os aspectos de produção de um espaço social, temos que ter em mente que o espaço irá ser criado e transformado de duas maneiras nas quais a sociedade será exposta no meio em que se encontra.

Bem, se tratarmos de um conceito no qual o espaço se desenvolve e transforma ao passo em que a maioria dos indivíduos pertencentes da sociedade age como agente transformador, impondo sua vontade sobre o espaço, podemos tratar deste conceito com uma **produção positiva**, logo o espaço irá se desenvolver a favor da sociedade, uma vez

---

<sup>6</sup> Supremacia, influência preponderante exercida por cidade, povo, país etc., sobre outros.

que visará a melhoria de uma totalidade, ainda heterogênea, mas beneficiando a maioria – conceito assim, de desenvolvimento socioespacial, explicado no capítulo 2, onde se diferencia desenvolvimento e segregação socioespacial - .

Como para todo fato positivo, existe um negativo como contrapartida do mesmo, sabemos que a repartição e produção do espaço social se dá de forma heterogênea, mas por muitas vezes hegemônica, assim o espaço é submetido à uma **produção negativa** exercida pelo indivíduo que nele irá agir como agente transformador - Deixando claro que no mesmo espaço o aparecimento desses dois tipos de produção se mostra presente, mas sempre ocorrendo a sobreposição de um sobre o outro.

Muitas sociedades vivem em um controle de classes que acaba alterando essa produção. Ela se torna negativa quando a interferência nesse espaço se dá por meio de uma pequena parcela dominante que, sobre o meio, impõe a produção de objetos e ações que não serão de interesse comum para todos os indivíduos na sociedade, logo, essa produção negativa do espaço acarretará a segregação socioespacial.

Em todos os países, incontestavelmente, fortes tendências se opõem as tendências segregacionistas. Não se pode afirmar que a segregação dos grupos, das etnias, dos estratos e classes sociais provem de uma estratégia dos poderes constantes e uniforme, nem que se deve ver nela a projeção eficaz das instituições, a vontade dos diferentes. Mais ainda, das vontades, das ações preparadas que tentam combatê-la. (LEFEBVRE, 1968.p. 97-98)

No ritmo que a cidade é congestionada de fluxos de interesses diversos, as forças mais poderosas que aplicam sua vontade sobre o espaço produzido, tendem a levar a cidade à falha, não uma falha econômica ou similar, mas sim uma falha social, ideológica. Segundo Lefebvre (1968), essas potências presentes na cidade assolam o meio urbano com um falso desenvolvimento do espaço - do meio urbano - e a partir deste ponto ocorre a indagação do seguinte aspecto, se a cidade corre em um direção onde haverá a segregação, e isso leve a possível desintegração do meio, a corrosão do meio urbano, como essa cidade funciona internamente? Como ela age, e se reproduz em um meio tão

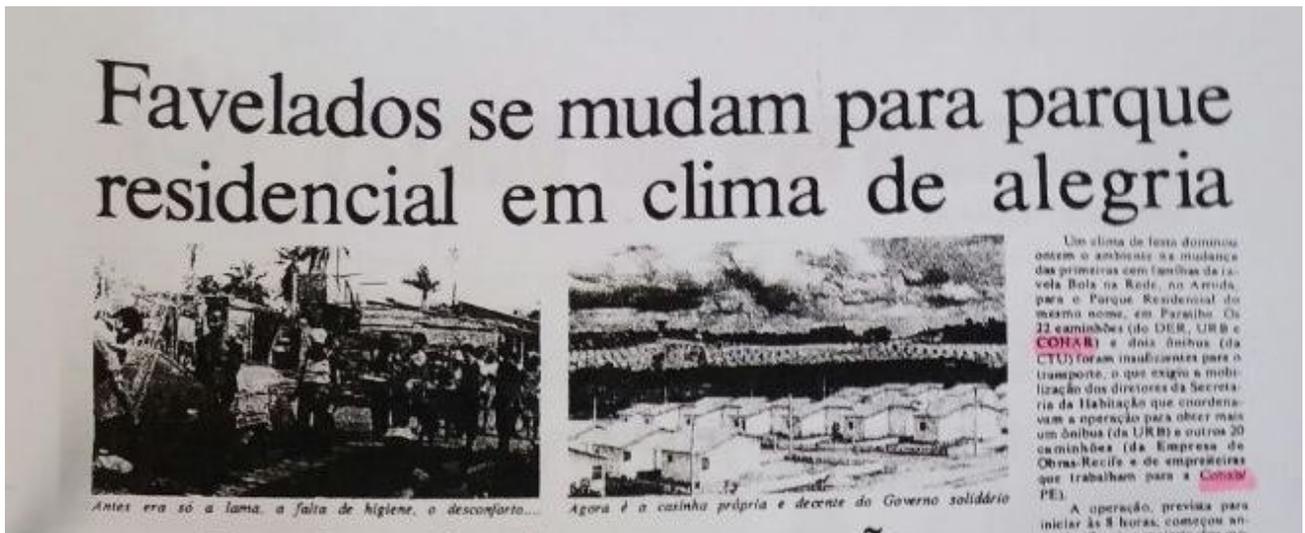
hostil? A partir daí vemos as lacunas deixadas pelos indivíduos de poder na cidade, onde passam a trabalhar com a cidade sendo construída em camadas, ou seja, sobrepondo ações e objetos sobre outros, não ligando para um possível choque entre todos. Aplicam fundamentos sobre rachaduras existentes, tentando que, por meio de comoção popular, dizer que tais aplicações e medidas submetidas pelo governo estão sendo pensadas e postas em vigor para o bem da cidade, assim, fazendo com que a sociedade passe a acreditar que o governo produz ações para um bem maior, o desenvolvimento da cidade. É nesse contexto que as classes de baixa renda não se encontram, não se encontram nas propostas e não se encontram nas ações a serem realizadas, tais aplicações feitas de ações e objetos, passam a não visar mais essa população, pois o grande objetivo não é o desenvolvimento positivo do espaço, ou apenas o desenvolvimento, é uma caracterização da cidade para as pessoas que possuem um poder aquisitivo maior, dessa forma deixando novamente a margem os indivíduos que são cada vez mais segregados do meio social.

Para a classe operária, vítima da segregação, expulsada da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto político. Isso ainda que esse problema não tenha sido levantado de forma política e que a questão de moradia tenha ocultado até aqui, para essa classe e seus representantes, a problemática da cidade e do urbano. (LEFEVBRE, 1968. p. 104)

De uma forma ou de outra a questão habitacional trouxe exposta feridas que o governo não tocava por justamente não apresentar essa questão urbana vigente na quais muitas cidades se submetem, e a partir do momento em que o meio urbano passa a ser lesado – não incitando que a questão habitacional é um meio de corrosão do meio urbano, pelo contrário, o meio urbano que acaba por lesionar o direito à moradia – o poder político passa a tratar de forma diferente e mais cautelosa a questão do déficit habitacional, afinal, sempre houve em toda sociedade moderna, desde a cidade industrial, um déficit, mesmo que pequeno so que agora a diferença é que ele se torna muito maior e expansivo, e passa a mexer com não só o direito a moradia, mas os direitos humanos. Logo a produção desse espaço transcende o negativo, e passa a ser tóxico ao meio

urbano. Ora se a produção de ações e objetos se dá de maneira negativa no espaço, e já sabemos como a cidade se desenvolve em cima deles, como não há ações para que haja a parada dessa produção para que a cidade possa se desenvolver de fato no meio social e interromper o processo segregatório? Pois ações físicas no espaço social não irão acarretar um positivismo no espaço, uma vez que a segregação é antes de tudo uma questão de ideologia, de pensamento. Mesmo que haja a propaganda na mídia, ou em meios de comunicação em geral que ocorrerá mudanças em diversos lugares, construções, revitalizações, o ato segregatório já imposto na sociedade é de base ideológica, então não há sentido em se fazer intervenções nas favelas, construções de habitacionais, entre outras ações com o discurso de diminuição da segregação socioespacial, se aquelas pessoas, aquele lugar, ainda será marginalizada por grande parte da sociedade, ainda será chamada de favela (ver Figura 1), ainda será excluído.

**Figura 1** – Favelados se mudam para parque residencial



Fonte: Diário Oficial (PERPART, 2017)

### 3.4. Distribuição do espaço produzido

Já sabemos que produção do espaço pode se dar de duas formas, positiva ou negativa. A partir deste ponto, determinando qual linha de produção essa sociedade irá seguir, podemos ter uma ideia qual distribuição do espaço irá ser desenvolvida.

A distribuição será a forma com que os agentes produzidos dentro do espaço e pelo espaço – não se deixando esquecer que o espaço também possui papel transformador do indivíduo– de forma que através dessa distribuição a sociedade se desenvolva ou não no meio produzido e distribuído.

Assim como a produção, a distribuição do espaço se dará de duas maneiras, onde a população dividirá os bens de produção, objetos e ações de forma com que todos os indivíduos sejam beneficiados ou ao menos inclusos nas predileções desse espaço criado ou transformado, assim podendo relacionar tais ações a uma **distribuição favorável do espaço**.

Em contraponto a esse conceito de repartição do espaço social, temos que levar em consideração as ações que aparecerem de forma arbitrariamente impostas e desiguais, por uma parcela pequena da sociedade. Tais ações podem ser ditadas por uma classe dominante, não só econômica, mas de influencia e poder, que no ambiente social coexistir com o resto dos indivíduos, o tornando hostil. Essas ações que ferem as transformações positivas desse espaço, coibindo o desenvolvimento social, tratamos como **distribuição adversa do espaço**.

Trazendo esses conceitos desenvolvidos para o meio social existente nas sociedades atuais, faz-se necessário um julgamento não só do presente, mas também do passado, que irá de forma direta explicar as noções do espaço atual. Todas essas ações, objetos criados, e maneiras de distribuição são temporais, ou seja, participam mais ativamente no espaço da época em que foram impostas, mas essas sociedades ainda trarão consigo na atualidade os reflexos dessa produção, seja ela positiva ou negativa.

O fato é que a sociedade é passível a mudanças pelo indivíduo, mas essas mudanças serão colocadas por cima de fatores já existentes, por exemplo, se uma cidade hoje regra por lei um saneamento rígido de todo o espaço social, essas novas regras serão impostas dentro de um espaço onde já existe a atuação de objetos e ações criadas

anteriormente, ou seja, essas novas aplicações podem encontrar esse espaço com falta de saneamento, ou apresentando um saneamento já desenvolvido. Cabe as políticas que irão ser aplicadas julgarem de forma que, o novo ou reprima ou amplifique o que já existe.

Quando falamos de políticas habitacionais, o déficit e a habitabilidade<sup>7</sup> se mostram de forma clara e audível, uma vez que não há a necessidade de tais políticas se uma sociedade produz um espaço de forma que a habitação não seja atingida diretamente. Ora, se há uma produção positiva do espaço, entendemos que a sociedade estará se desenvolvendo ao prol de um todo, logo se falamos que há a necessidade de políticas habitacionais para que haja a solução de problemas na habitação de base – a habitação digna – subentende-se que essa produção não esta sendo inclusiva em todos os espaços da sociedade, apresentando uma distribuição adversa do espaço.

Impossível considerar a hipótese de reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. (LEFEBVRE, 1968. p. 106)

Assim deve-se compreender a historia para que se possam aplicar novas ações em um ambiente ora saturado, ora saudável, sempre pondo em mente que o espaço nunca será absoluto. Existem conceitos para definí-lo, mas não há parâmetros para deixá-lo como está, pois é uma causa e efeito da sociedade, e a sociedade por ser um reflexo dos indivíduos pensantes que nela residem, nunca será simples e direta, nunca será de forma domável, logo essa distribuição e produção do espaço se apresentam de forma constante, sempre haverá a produção de novas ações e objetos no espaço social, e cabe a nós indivíduos da sociedade tratarmos dessas ações para que haja uma distribuição e produção positivas dentro do meio urbano.

---

<sup>7</sup> Qualidade, estado ou condição do que é habitável.

## **4. A QUESTÃO HABITACIONAL E SUAS POLÍTICAS.**

### **4.1. A questão habitacional pré-ditadura: de Vargas à Dutra**

O ambiente social durante o estado novo se mostrava instável, uma vez que as questões habitacionais surgiram com grande intensidade coligadas a crise econômica em que o Brasil estava passando. No meio de diversas crises, o governo passa a entender que o operariado, ainda grande parcela da população das cidades, esta descontando grande parte do salário à habitação, ou seja, uma vez que a moradia passa a se tornar um problema para a classe que gera renda ao governo, ela passa a influir em seu modo de vida e formação ideológica, tudo o que o governo não precisava naquele momento, uma grande massa, poderosa, se voltando ao estado para reclamar o que lhes era de direito. O governo, que antes via as habitações sociais como um problema sanitarista, deixa essa pauta de lado e passa a se envolver em planos de desenvolvimento participativo, visto que a moradia era tratada como principal instrumento de produção.

Num quadro em que todas as questões econômicas tornaram-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas na estratégia de desenvolvimento nacional, o problema moradia emergiu como aspecto crucial das condições de vida do operariado. (BONDUKI, 1988. p. 73)

Segundo Bonduki (1988), o ápice das discussões em relação a crise habitacional, onde mostravam-se os maiores índices de déficit habitacional, se deu no período da segunda grande guerra e seus anos que sucederam. Com a guerra houve uma desenfreada especulação imobiliária nas cidades, onde com isso, houve o aumento da construção de prédios cada vez mais elitizados e de grande valor mercadológico, com isso os problemas de moradia começaram a afetar não só a classe operária, mas também a classe média da época, que se encontra em uma situação onde as imobiliárias e construtoras diminuíram as possibilidades de ofertas para aluguéis pela metade, para a construção de casas com financiamento habitacional – de importância ressaltar que grande parte desses financiamentos eram feitos através de recursos previdenciários.

A população de classe média passou a ser atacada frequentemente com essa crise financeira e habitacional, passando a ser um dos principais assuntos expostos na imprensa, que quase todos os dias publicavam algo sobre a grande crise de moradia que afetava o Brasil e que avassaladoramente estava lesando não só a população de baixa renda, como também entrando em outras classes. A imprensa, publicando fortemente em diversos artigos, volumes e revistas da época sobre esse problema, passa a ser vista como conduta entre aqueles que não têm voz, e o governo, sendo assim a mídia desenvolvendo um papel de exemplar importância, onde defendia os interesses da habitação social em todo o país. Essas publicações expunham cada vez mais que as medidas adotadas pelo governo se tratavam de uma estratégia mercantilista, onde o foco estava longe de ser a habitação e sim a economia do país, que se encontrava frágil.

Antes da crise, os anúncios e publicações fossem diários ou mensais, iam para as ruas e os olhos dos cidadãos, cheios de anúncios de possibilidades de alugueis de casas, apartamentos, quartos e afins, o que possibilitava o indivíduo não ter tanta preocupação com questão de moradia, uma vez que, por parte das inúmeras possibilidades de aluguel, as pessoas sabiam que poderiam ter onde morar, onde dormir, nem que fosse por um curto período de tempo. Então aparece em cena a crise, o grande monstro de instabilidade que rodeava as cidades com grandes dentes separatistas e com um ar de incerteza, as pessoas não podiam mais dormir em paz. Os anúncios de aluga-se foram substituídos por enormes anúncios de vendas e financiamentos. A crise havia chegado nos bolsos e nas casas, principalmente na estrutura de vida das classes sociais. Embora estivesse sendo consequência da segunda grande guerra, a situação econômica do Brasil não se encontrava em eixos muito certos, a guerra só amplificava essa problemática, sendo o grande vilão de tudo isso que estava acontecendo, eram de fato as políticas governamentais mal aplicadas pelo Governo do País.

As cidades não paravam, continuavam crescendo de forma descontrolada, e ao passo disso a crise imobiliária seguia em reverso, trazendo consequências devastadoras ao

meio e ao espaço social da época. A febre imobiliária<sup>8</sup> marcou a produção negativa do espaço social, as cidades passaram a desenvolver moradias voltadas a preencher as lacunas da economia do Brasil, e não ao déficit. Ora, se esse novo meio de construção serviria para suprir a constante destruição econômica do Brasil, essas ofertas imobiliárias só iriam voltar seus interesses para as classes média e alta, que no caso, poderiam arcar com os preços exorbitantes oferecidos pela moradia, fazendo com que a classe baixa, ou seja, as pessoas sem nenhuma condição de pode pagar tais propostas habitacionais, mesmo precisando, fossem obrigadas a encontrar meios diferentes de obtenção de suas casas, de seus tetos. Tudo se encontrava em um processo ambíguo de progresso e retrocesso, no mesmo ritmo que as cidades cresciam e se embelezavam, a população de baixa renda enfrentava um crise habitacional sem precedente. Nesse contexto surgem as ocupações irregulares ao longo das periferias das grandes cidades, como uma forma desesperada de tentar chamar atenção para o que realmente importava, a qualidade de vida daquelas pessoas. Um bom exemplo a ser incorporado para explicar tão grandiosidade desse processo segregatório, Bonduki (1988), explica o que aconteceu na cidade de São Paulo:

O surgimento das favelas deu visibilidade à crise de habitação. [...] Era uma metrópole de contrastes, mas escondia bem sua pobreza, nos porões dos cortiços pouco visíveis e numa periferia ainda inacessível e ocupada de modo esparço. (BONDUKI, 1988. p. 262)

Em voz pelo diário oficial, a cidade alertava seus moradores a cena de calamidade na qual as cidades, não só São Paulo, passavam.

[...] aquela aglomeração de casebres de madeira chocava os paulistanos que passavam pelo local. Na nossa capital não se conhecia a improvisação da “favela”. [...] Era o índice da falta de casa, do descuido em dar um telhado aos mais necessitados. Revelava até certoponto, o espírito empreendedor dos seus habitantes. (DIÁRIO POPULAR, 7/11/1946)

---

<sup>8</sup> Febre imobiliária, termo social utilizado para descrever a especulação imobiliária e a crescente procura por ofertas e grande aumento do meio circulante nas cidades

Nesse momento a questão habitacional se torna um problema político, politizado, passam a ser criados programas antigovernamentais e ONG's autônomas do poder público, onde tentavam pelo menos amenizar as situações de carência e necessidade que uma parcela significativa da população brasileira se encontrava. Nesse período tem-se uma maior atuação de profissionais que se dispunham a entrar nessa luta pela habitação digna, com criações de vagas de emprego, classes em faculdades, cursos, e até mesmos as ONGs. Nesse contexto, toda a comoção pública estava deixando Vargas vulnerável, a não só procurar soluções rápidas a esse assunto, como combater contracaplanhas ao seu governo que entoavam cada vez mais alto os problemas e lacunas que o governa deixara passar durante seu autoritarismo. Então, sem saída Vargas evidencia tanto em sua campanha política, discursos e planos previdenciários, que essa crise habitacional tinha que acabar ser solucionada de uma vez. Então propõe a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP)<sup>9</sup>, unificando as propostas de previdência social a todos os habitantes, ainda ampliando os serviços assistenciais.

Por mais que não fossem instituições criadas especialmente para combater a crise habitacional, a unificação dos IAP's se mostrou de grande importância na gestão do setor previdenciário do país, já que era ele que intervinha para garantir, mesmo que para uma parcela resumida, a aposentadoria e pensão de seus associados, e expandir sua assistências, medicas, de alimentação e de moradia. A crise da moradia iria nesse ponto, muito além de ter uma habitação, as condições em que a população de baixa renda se expunha para conseguir um teto estava ultrapassando os limites da habitabilidade, e ai entrava os setores dos IAP's. Mais tarde, em meados de 1966, esses institutos iriam se unificar no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), e seu propósito central iria girar em torno da assistência medica e saúde, não mais da habitação, já que entrava em

---

<sup>9</sup> Os IAPs, institutos de Aposentadoria e Pensões, ficaram no lugar do CAPs (Caixas de Aposentadorias e Pensões, em 1930 após decisão do ministério do trabalho. Os IAPs surgem para assegurar e expandir os direitos dos trabalhadores, e que assim, se estendesse para o maior número de pessoas possível. Passaram a atender a área de alimentação, saúde, e principalmente na área de habitação. Esses institutos não mantiveram um acompanhamento financeiro o que acarretou grandes problemas posteriormente. A falta de planejamento interno afetou a qualidade e o alcance dos atendimentos destinados a população. Por decreto em 1966, os Institutos foram unificados para a melhor gestão do trabalhador, e passa a ser chamado de INPS, Instituto Nacional de Previdência Social.

cena os planos de financiamentos governamentais.

Com o fim de seu mandato e deixando a problemática da habitação ainda em aberto, Vargas é deposto, e nessa conjuntura de mudanças e intervenções sociais, entra Dutra, com grande poder de influencia, que logo nos seus primeiros anos põe em pratica a Fundação Casa Popular (FCP)<sup>10</sup> – embora as primeiras ações para sua criação tenham acontecido no governo de Vargas- , tentando contornar toda a revolta popular e política que o Brasil estava passando. A Fundação da Casa Popular (FCP) encontrava-se com grande responsabilidade social, uma vez que era em anos o primeiro órgão criado exclusivamente para solucionar os problemas habitacionais, diferentemente das intuições criadas e unificadas pelo governo Vargas. Com isso Dutra instituiu prioridade máxima a essa questão durante seu governo.

Dutra foi ágil em iniciativas na área habitacional. Já na posse do ministro do trabalho em fevereiro de 1946, foi anunciada a criação da Fundação da Casa Popular . Em março, o anteprojeto estava pronto para receber sugestões ,e em 1º de maio, a FCP foi oficialmente instituída. Intervir na questão da moradia era politicamente importante, pois com a crise, esse problema passara a ter grande visibilidade política e adquiria potencial para articular um consenso, pois incorporava demandas populares (habitação e emprego) e empresariais (especialmente da industrias de materiais e da construção civil). (BONDUKI, 1988. p. 116)

#### **4.2. O Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH), e os planos sociais voltados a crise habitacional.**

Era de conhecimento de todos que não havia um intensionamento financeiro voltado inteiramente para suprir as necessidades de moradia que o proletariado se encontrava. Mesmo com as medidas preventivas como a unificação dos IAP's e criação da FCP – ressaltando que a fundação da casa popular foi mal vista pelo novo governo, uma vez que era coligada ao antigo regime, foi extinta em 1964, ano que foi instaurado o golpe militar em todo o Brasil -, as cidades ainda se encontravam em um cenário onde a mídia

---

<sup>10</sup> A FCP (Fundação Casa Popular visava o atendimento à população que não participava do mercado formal de trabalho e, por isso, não tinha acesso aos IAPs. Representou o primeiro esforço declarado do Estado no trato do problema de moradias.

expressa e as pessoas gritavam por ações concretas para que os olhares se voltassem por completo para as habitações, que ainda deixavam a desejar em quantidade e qualidade. Nesse clima sabia-se que a atenção voltava-se para governo, em conjunto com as grandes empresas imobiliárias que tinham a intenção de um desenvolvimento urbano, desvirtuava o propósito de suprir o déficit habitacional.

A marca do passado estava igualmente presente na repulsa ideológica das novas autoridades às proposições que defendiam a necessidade de subsídios públicos para o enfrentamento da carência de habitação popular. Como reação ao populismo em geral e à FCP em particular, as novas autoridades rejeitaram, no nível do discurso, toda a prática governamental anterior a 1964 e tentaram implantar para os setores de baixa renda uma política em moldes "empresariais". A experiência se encarregaria de mostrar as fragilidades e a inviabilidade dessa nova política para as classes populares. (AZEVEDO, 1988. p. 109)

É nesse contexto de reformulação e planejamento de novos métodos e projetos para suprir a necessidade de uma habitação não só rápida, mas como de qualidade, é que surgem os programas voltados diretamente para resolver os problemas deixados pela crise habitacional em todo o país. Entre diversos planos, os maiores e de mais abrangência eram o Sistema Financeiro da Habitação (SFH)<sup>11</sup> que foi criado por decreto em lei em 1964 no âmbito jurídico, em meio a todos os processos e projetos que visavam a melhoria da habitação nos espaços urbanos. Ele consistia em um crédito imobiliário que financiava a aquisição da casa própria, todo ele voltado para a população de baixa renda que não possuía condições de obter uma moradia digna. Esse sistema objetivava estimular a produção de casas populares para suprir o déficit habitacional em que as cidades se encontravam, estimulando por meio de medidas como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para que fosse assegurada ao trabalhador a posse da habitação.

---

<sup>11</sup>O sistema de financiamento habitacional (SFH), foi criado em 21 de agosto de 1964, tinha como função ajudar na aquisição da casa própria, onde esse sistema era voltado para a classe de baixa renda.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação, mais especificamente da aquisição da casa própria, consistia a oferta de crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas e pelos institutos de aposentadoria e pensões (IAPS) ou por bancos incorporadores imobiliários. A organização de um órgão que centralizasse a política habitacional ocorreu em 1946, (...) (BOTEGA, 2007).

O segundo grande plano habitacional foi a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH<sup>12</sup>), e teve uma de suas principais motivações de ordem política, que serviria para agradar a grande população com o governo autoritário que acabará de surgir. Após instaurado o novo governo, por golpe, o principal plano de aceitação dos militares se voltava para a classe de base, a classe trabalhadora, pois em sua porcentagem, representavam a maioria, pois a posse de uma casa, para o governo, iria muito além de apenas uma moradia digna e estável, mas sim uma aliada na convicção que legitimava o governo golpista como uma boa ação à sociedade, quando que, seu principal cunho era de ordem econômica, era de suprir as necessidades econômicas que união passava, uma das mais intensas na história do País. Segundo Azevedo (1988) o principal estímulo a tratar mais seriamente as questões habitacionais no país se deu pela necessidade de um estímulo a poupança, à geração de trabalho não qualificado para as obras desses conjuntos, para um maior fortalecimento a produção das empresas do ramo da construção civil.

A motivação principal para a criação do Banco Nacional da Habitação foi de ordem política. Segundo os mentores do BNH, o desempenho marcante na produção de casas populares deveria permitir ao regime militar emergente obter a simpatia de largos setores das massas que constituíram o principal apoio social do governo populista derrubado em 1964. 3 Nesse projeto, igualmente encontrava-se implícita a idéia de que a casa própria poderia desempenhar um papel ideológico importante, transformando o trabalhador de contestador em "aliado da ordem. (AZEVEDO, 1988. p. 109)

---

<sup>12</sup>O BNH, Banco Nacional da Habitação se instituiu por decreto em 21 de agosto de 1964, como uma empresa pública e que era voltada para o financiamento e produção de empreendimentos imobiliários voltados às classes de baixa renda, e foi a principal instituição de cunho federal de desenvolvimento urbano na história do País.

Em seu discurso, Botega (2007), afirma que esses sistemas claramente refletiam uma realidade na qual o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) não era capaz de solucionar os problemas de déficit habitacional e que, por trás disto o propósito era desvirtuado, para privilegiar outras partes da sociedade, mais claramente a classe empresarial, que andava à frente de todo o processo de especulação imobiliária, além de ser reformulado e mascarado para que o verdadeiro propósito fosse ajudar a enfrentar a crise econômica, e não diretamente a habitacional.

[...] O SFH/BNH era na verdade um eficaz agente de dinamização da economia nacional desempenhando um importante papel junto ao capital imobiliário nacional, fugindo do seu objetivo principal, pelo menos o que era dito, de ser o indutor das políticas habitacionais para superação do déficit de moradia. (BOTEGA, 2008. p. 7)

Ainda Botega (2008) faz um importante questionamento em relação às ações frustradas exercidas pelos sistemas financeiros da habitação, que, como poderia planos criados para, principalmente, agir contra a um enorme crise habitacional, recebendo um montante considerável de verba já apresentar falhas e insuficiências logo nos primeiros anos de atuação? Isso tudo por que havia um repasse de verba das arrecadações populares que o BNH fazia para as empresas privadas que atuavam nas construções, planos e projetos das moradias, e que tudo voltava para o interesse no capital imobiliário, e por de certa forma terceirizar tais ações, e isso ocasionou uma polarização em torno de tais empresas que lucravam como esses financiamentos, não só habitacionais como de desenvolvimento urbanos, prova disso exemplar a produção de planos urbanísticos que passariam a ser cobrados e unicamente aceitos se feitos por empresas terceirizadas coligadas com o ramo imobiliário.

Exemplo disto foi à medida que obrigou as prefeituras a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, o que era positivo, mas a condição de serem qualificadas para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo era de que estes deveriam ser elaborados por empresas privadas. Até mesmo as cobranças das prestações devidas estavam a cargo de uma variedade de agentes privados, companhias habitacionais, iniciadores, sociedades de crédito imobiliário, entre outros, que além de reterem uma parte dos juros,

conservavam os recursos financeiros provenientes das prestações recebidas durante um ano antes de o devolverem ao BNH. (BOLAFFI IN MARICATO, apud BOTEGA, 2008.)

A moradia agora tratada como moeda de troca entre a força do trabalho e a dignidade à habitação passa a corresponder à vista das pessoas como uma forma de inserção à cidade, uma forma de acesso, inclusão. A moradia passa a ter um valor mercadológico, não só capitalista, mas como gerador de uma força de trabalho que serve para suprir as necessidades das indústrias, comércios, entre outros meios lucrativos que precisavam de tais serviços. Agora o indivíduo que se via na crise, se dobrava às necessidades que a ele apareciam, e que entravam no meio de produção de um novo espaço segregado e capitalista.

No contexto urbano da produção capitalista, o trabalhador procurava sobreviver respondendo às suas necessidades dentro do quadro de produção, circulação e consumo de mercadorias através de seu salário. E nesse sentido a habitação adquire um caráter especial, enquanto elemento que compõe os custos de reprodução da força de trabalho. (SOUZA, M. A. A. 1990. p. 13)

Essa busca por atender as iniciativas privadas fez com que o BNH desenvolvesse uma enorme lacuna entre seus objetivos iniciais e a realidade, deixando que o déficit habitacional caminhasse ao lado da crise, e mesmo que sua criação tenha sido para esse propósito, o de suprir as necessidades impostas pela crise, essa ambição de atender as necessidades corporativas deixava o banco cada vez mais enfraquecido e esquecendo-se dos indivíduos que necessitavam do auxílio que o sistema se propunha a resolver. Ora, se mesmo nos primeiros anos com toda a verba arrecadada e oferecida, o sistema não conseguia atender a população de baixa renda, a quem ou a que ele estava privilegiando, e qual sua real função para com os problemas da união? O déficit só fazia aumentar e a especulação imobiliária não ficava para trás, e no meio dessa disputa de atenções o principal lesado se mostrava ao batente, e cada vez mais sofrendo com a falta de compromisso gerado pelo atendimento do banco. A segregação socioespacial

começa aparecer, não fisicamente, mas ideologicamente, ora, se o pobre não era posto nas intenções e realizações principais das verbas que o banco desenvolvia qual seu papel com o proletariado? O sistema atuava com um fantasma que pairava sobre a cidade, e que só aparecia quando os holofotes se ligavam para as mínimas realizações.

Segundo o relatório anual do BNH de 1971 “os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro de Habitação só foram suficientes para atender 24 por cento da demanda populacional” (urbana). Isto significa que, seis anos após a criação do BNH, toda sua contribuição para atender ou diminuir o déficit que ele se propôs eliminar consistiu em que esse mesmo déficit aumentasse em 76 por cento. De acordo com as previsões do BNH, em 1971 o atendimento percentual teria sido de 25,3 por cento e, embora deva aumentar, ligeiramente em cada ano até 1980, o déficit deverá exceder 37,8 por cento do incremento das necessidades. (MARICATO, 1982. p. 53)

O tanto de investimento com o financiamento da habitação deixou um buraco imenso no BNH, que por medidas desesperadas redirecionou seus empreendimentos para a classe média que passara a ser beneficiada com os investimentos feitos pelo sistema, já que a classe de baixa renda estava entrando no sistema e estando em inadimplência, e outros nunca se quer pagaram o investimento feito pelo banco. O caráter capitalista do sistema financeiro fez como que os investimentos do BNH se desviassem do objetivo teórico, tirando de cena a questão social envolvida. Com uma enorme inflação à vista o banco reveste seus beneficiários e passa a apoiar uma outra causa, a sua própria. Nem essa media afastou a recessão econômica, que atingiu ferozmente o mercado da construção no início dos anos oitenta.

Portanto, o SFH/BNH não resistiu a grave crise inflacionária vivenciada pelo Brasil principalmente nos primeiros anos da década de 1980, onde a inflação atingirá índices de 100% ao ano em 1981 e em 1982 (a partir de então não cessará de crescer mais chegando aos 1770% em 1989). Esta crise levou a uma forte queda do poder de compra do salário, principalmente da classe média, o público que havia se tornado alvo das políticas habitacionais deste sistema. (GREMAUD apud BOTEGA, 2008. p. 9)

O cidadão de baixa renda se vê cada vez mais distante do raio da oferta da casa própria e assim se vê mais longe de uma integração e inserção na cidade, e seu rendimento, seu salário passa a ser voltado para bens de consumo mais imediatos como alimentação, saúde entre outros, que tomaram conta de seus gastos principais, deixando assim, o sonho da casa própria, da moradia de lado.

A inadimplência de diversos moradores, por meio desse pouco rendimento do salário do operariado, fez com que o Banco Nacional da Habitação entrasse em debito negativo, trazendo consequências graves ao seu funcionamento no meio urbano, e que mais tarde o levaria a iminente extinção.

Após vinte e dois anos e diversos escândalos envolvendo os programas voltados a habitação e aos fundos de garantia ao mesmo, o Banco Nacional da Habitação, por meio de decreto, em vinte e um de novembro de 1986, foi extinto, e incorporado á Caixa Econômica Federal, que passará agora a sustentar os planos de desenvolvimento e garantia gerados e desenvolvidos pelo órgão anterior.

## 5. O SISTEMA COHAB

Entender a complexidade de uma produção em massa e as restrições impostas por órgãos e sistemas, para um país que vive pesadamente uma crise econômica juntamente a uma habitacional onde os indivíduos lesados são de uma ideologia contrária ao governo, fez-se necessária a criação de órgãos por parte independente entre os estados do Brasil, criando um sistema de organização institucional, no qual regravam cada necessidade de cada região do país.

Sendo de geral reconhecimento de que tais ações eram uma jogada econômica, já que cada estado tinha uma necessidade específica, e seria errada uma aplicação geral sem que houvesse o mínimo de conhecimento na necessidade que a população local, vítima da crise da moradia, foram criados os sistemas de COHAB, em que cada estado ganhava uma denominação e aplicações diferenciadas, mas sempre com o mesmo intuito, o de suprir o déficit habitacional.

Cada habitacional criado de forma a proporcionar a tentativa de diminuição do déficit habitacional não só no estado, mas também no país, se deu pelo desenvolvimento de ações por parte de órgão secundários criados para que, em cada estado, houve um melhor manuseio dos interesses a moradia, foram criados os sistemas COHAB onde cada estado desenvolvia um tipo de produção e distribuição do espaço.

Tendo em vista os pontos expostos acima, as políticas habitacionais agem responsáveis por uma nova formação organizacional da cidade pelo acentuamento da exclusão socioespacial nas regiões onde esse déficit se apresentava maior, como nos casos dos grandes polos municipais, tais como, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. No caso do Recife, a política habitacional implantada no período militar, mais especificamente no ano de 1965, se deu por meio da COHAB-PE. Segundo dados obtidos através da CEHAB-PE, esse sistema tinha como objetivo participar das políticas de desenvolvimento social e habitacionais, assim, tentando diminuir os impactos causados pelo déficit habitacional, por meio de novos projetos, construções de novos conjuntos de habitação e a conservação dos que já existiam.

## 5.1. COHAB-PE e COHAB-RECIFE

Na linha cronológica surge primeiro a Companhia de Habitação do Recife, a COHAB-RECIFE, que tratava diretamente das problemáticas de moradia que envolvia o meio metropolitano na cidade, e atendia toda área da RMR. Por ser a primeira COHAB criada em todo o Brasil, o governo do Recife se via em uma posição privilegiada politicamente, já que suas ações no meio socioespacial estavam dando certo, e seus modelos estavam sendo replicados e copiados para os outros órgãos em todo o país. Com o grande desenvolvimento e exposição nacional, a COHAB-PE surge para tratar de todo o estado de Pernambuco, agora não se voltando somente à Região Metropolitana. Na medida em que os municípios do estado se viam em necessidade de construções de unidades habitacionais, o governo liberava verba à COHAB para que houvesse a construção dos mesmos. Claro, a questão de que a crise da habitação tinha se tornado politizada, era sem dúvidas um grande propulsor desses casos, uma vez que os municípios que tinham coligações mais firmes com o governo eram privilegiados, por isso vê-se a aparição de grandes conjuntos no interior do estado, nos primeiros anos de atuação dessas políticas em Pernambuco. Em 1969, os dois órgãos se fundiram tornando-se apenas a COHAB-PE (Ver Figura 2).

**Figura 2** - Notícia da unificação das COHABs



**Fonte:** Diário Oficial (PERPART, 2017)

A COHAB-PE, assim como a COHAB-RECIFE, detinham o poder de desapropriação de lotes privativos a benefício da população que necessitava o uso de suas terras para regularização e construção de habitacionais de interesse popular, assim beneficiando não só a quem morava em tais ocupações como pessoas que eram relocadas de outras áreas para esses locais. O sistema usava esse artifício especialmente para casos de risco ou onde havia grandes porções de ocupações, nunca desconsiderando o já existente.

[...] a companhia é declarada de utilidade pública gozando seus bens e serviços de total isenção dos impostos municipais bem como gozará dos benefícios de desapropriação por utilidade pública ou por interesse social na comunidade dos artigos 8º e 9º da lei municipal número 9.345. (DIÁRIO OFICIAL, 1965.)

Funcionava da seguinte maneira, onde havia ocupações julgadas irregulares pelo órgão e que dentro do meio urbano se apresentavam de risco, a COHAB ia por meio do decreto estadual para que houvesse a concessão da terra para utilização pública, e que assim, as pessoas que morassem nessas terras, concedidas, na maioria indivíduos de baixa renda econômica, pudessem obter a posse do imóvel e da terra, em escritura, e não era possível regularizar apenas a construção, pois existiam diversas, e dessa maneira ficava mais fácil dividir a terra e dispô-la para quem precisava.

Com um pouco mais de 93.000 (Noventa e três mil) unidades espalhadas por todo estado, ao longo de 22 anos de atuação das políticas habitacionais no período militar, a COHAB-PE e COHAB-RECIFE – quando ainda eram órgãos separados, de fiscalização e atuação – iniciaram seus papéis com a sociedade em 1964, onde já começaram a construção e regularização de diversos habitacionais e ocupações, respectivamente. Durante todo o tempo de atuação desse sistema, mais de 140 conjuntos foram beneficiados e construídos.

A COHAB tinha como sua principal função a construção de casas populares, ou seja, casas para abrigar a população de baixa renda, havendo uma padronização de sua tipologia e locação, que sempre privilegiavam a economia, sempre escolhendo terrenos mais baratos e sem valor mercadológico – terrenos com declives, morros, etc. – que em cima desses terrenos produziam essas moradias. Caso os terrenos possuíssem falhas geológicas consideráveis, as equipes de topografia e engenharia da COHAB tratavam a terra para que pudesse ser viável a construção, e sempre esses procedimentos eram feitos através de licitações, nas quais davam o direito de construção para empresas privadas, que lucravam com todo esse processo – vale ressaltar que esses processos de licitação eram extremamente concorridos, e que todos gostariam de trabalhar para a COHAB, pois o faturamento era de alto padrão, e sua visibilidade fazia com que os investimentos dessas empresas crescessem cada vez mais -.

Segundo Maricato (1986), também era de conhecimento de que o governo passou a voltar uma grande parte dos seus investimentos para tratamento de desenvolvimento urbano, como saneamento, transporte, calçamento e demais ações que visavam a melhoria das cidades. O governo passa a criar um discurso de que, a habitação precisava de uma base de qualidade, que se gerariam através de um desenvolvimento urbano, assim como os fatores citados anteriormente, mas o principal sentido se voltava novamente para a questão do embelezamento das cidades, que Bonduki (1988) cita em seu livro.

Durante a década de 70 o BNH se afirmou como o grande agente nacional da política urbana ao criar programas e dirigir uma parcela cada vez maior de seu orçamento para obras urbanas nas áreas de saneamento, transporte, calçamento e demais componentes da chamada infraestrutura urbana. (MARICATO, 1982. p. 81).

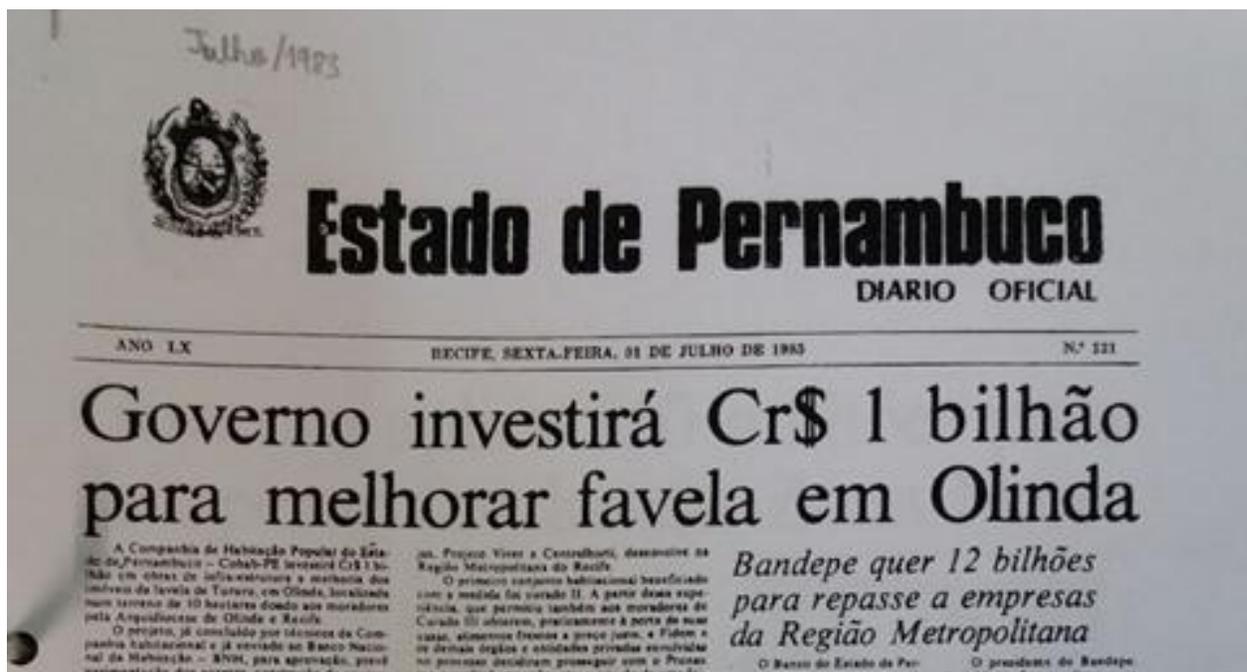
## **5.2. Conjuntos Habitacionais feitos através do Sistema COHAB-PE (64-86)**

Uma coisa que não se pode negar ou esconder, é que ao longo dos anos, a COHAB-PE construiu diversas unidades habitacionais ao longo do estado de Pernambuco, beneficiando diversas famílias que por meios de títulos e inscrições conseguiram o direito a moradia, em um espaço social onde a segregação imposta a elas falava alto. Ora, não negando o grande manuseio e repasse de dinheiro – repasse esse que as construtoras lucravam com a reversão de notas fiscais, acumulando mais capital para suas empresas - que ocorria para a construção desses habitacionais, e todas as polemicas que envolviam o novo sistema de financiamento, deve-se ater ao fato de que a COHAB possibilitou, pelo menos, a mudança de vida de varias pessoas que eram atacadas diretamente pela crise habitacional.

Este trabalho, em cunho, segue a linha de pensamento que afirma que houve uma porção significativa que sofreu o ato segregatório ao longo dos anos, e que mesmo que tenha ocorrido à entrega de uma habitação, o processo de segregação ainda havia ocorrido, pois, como já dito, a segregação vai muito alem de possuir uma moradia, e sim de ser deslocado ideologicamente e espacialmente do convívio social como os demais indivíduos da sociedade.

Para um melhor entendimento das construções e critérios de julgamento deste trabalho durante os anos, fez-se necessário o recorte temporal para que houvesse uma melhor compreensão de como esses habitacionais era feitos, locados, e ajudavam no processo tanto de suprir o déficit habitacional e a segregação socioespacial. Ora, se houve a construção de diversos habitacionais e inúmeras pessoas beneficiadas com tais ações desenvolvidas pelo governo, como ainda pode-se julgar que de que não houve uma diminuição do déficit habitacional e segregação? Bem, os números mostram, segundo o relatório de 1971,exposto pelo BNH – citado por Maricato (1982) – o déficit habitacional excedia mais de 70%, mesmo com a quantidade absurda de investimentos ( Ver Figuras 3 e 4) que era voltado para a habitação popular, e mesmo assim, crescia cada vez mais.

Figura 3 -Notícia sobre investimento em habitação - 1983



Fonte: Diário Oficial (PERPART,2017)

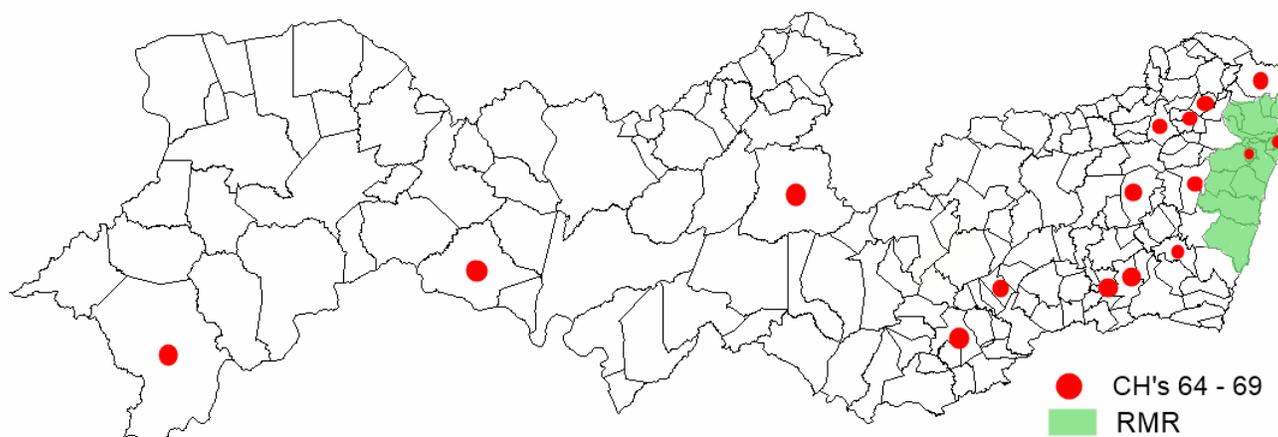
Figura 4 – Notícia sobre recuperação de favelas - 1983



Fonte:Diário oficial (PERPART, 2017)

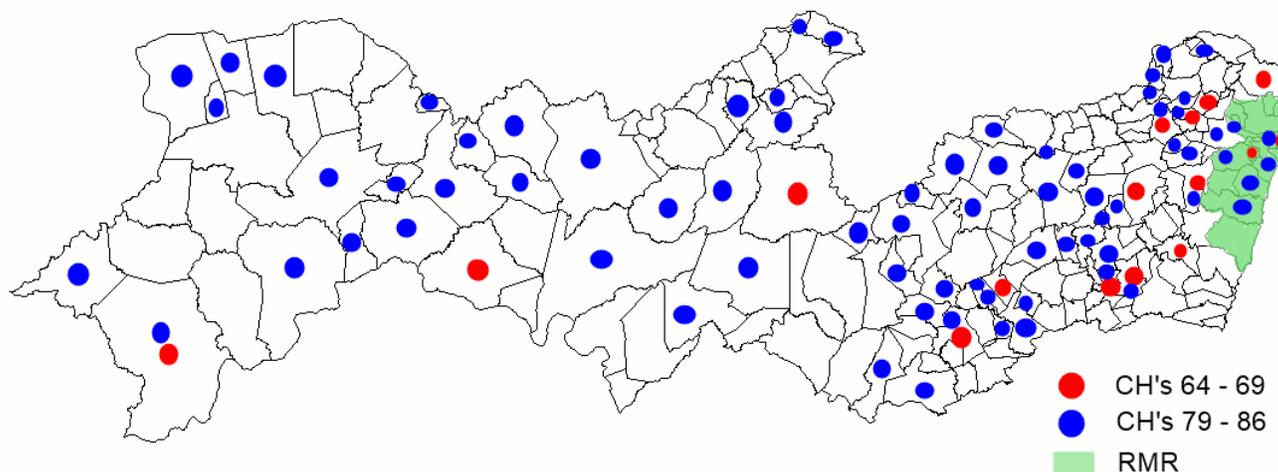
Voltado a questão dos números, este trabalho fez um corte entre os anos de 1964 a 1969 (ver Mapa 1), onde se deu início todo o processo de combate e construção para diminuir a crise na habitação, e nos últimos anos dos sistemas, de 1979 a 1986 (ver Mapa 2), onde se vê um governo mais desesperado e desvirtuado dos programas populares, mas também por outro lado recebendo mais verba para atuar em tais programas.

**Mapa 1**-Conjuntos habitacionais em PE - entre 1964 e 1969



**Fonte:** Mapa do IBGE (2014) – Editado pelo autor com base nos dados da PERPART (2017)

**Mapa 2** – Conjuntos habitacionais em PE – entre 1979 e 1986



**Fonte:** Mapa do IBGE (2014) – Editado pelo autor com base nos dados da PERPART (2017)

Os Mapas 1 e 2 mostram os municípios beneficiados com tais obras desenvolvidas pelo governo estadual. Vê-se que nos primeiros anos os habitacionais populares e regularizações de comunidades postas, seguem uma produção bastante lenta quando comparado aos anos seguintes de atuação do sistema, como avaliado na Tabela 1.

**Tabela 1** - Conjuntos Habitacionais do Sistema COHAB-PE

ANOS	Numero de Conjuntos		Numero de Unidades Habitacionais
	Quantitativo	%	
<b>De 1964 - 1986</b>	<b>144 CH</b>		<b>93.487 UH</b>
De 1964 - 1969	16 CH	11,1% do total	5.624 UH
De 1979 - 1986	97 CH	67,36% do total	46.478 UH
NA RMR – 1964 - 1986	53 CH	36,8% do total	
NA RMR 1964 - 1969	02 CH	3,77% do total no mesmo período de tempo	
NA RMR 1979 - 1986	15 CH	28,30% do total no mesmo período de tempo	

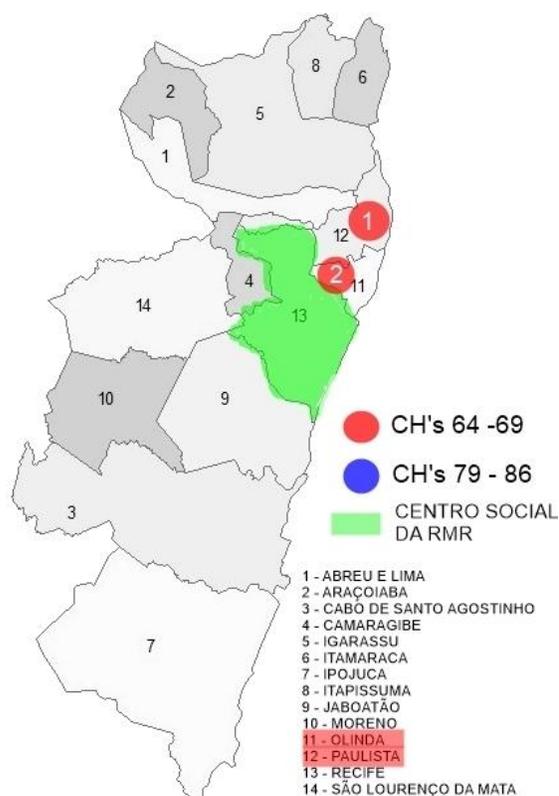
**Fonte:** Base de dados PERPART, com dados acrescentados pelo autor. (2017)

A atuação da COHAB-PE e COHAB-RECIFE logo nos primeiros anos da implantação das novas políticas habitacionais, mesmo que lenta, se mostraram eficazes quando se pensa que todo início de mudanças é marcada pela forte, ou repressão, ou aceitação. Havia listas de espera para inscrição de pessoas que desejavam obter a casa própria por meio do sistema de financiamento, e assim, a COHAB, produzia sempre que a verba era liberada, essas moradias. Sempre que havia uma demanda, terreno, e verba, dava-se início as licitações para construção de tais habitacionais.

Na Região Metropolitana no Recife – englobando os 14 municípios pertencentes – a locação desses habitacionais se mostrava de forma bastante espalhada, e longe dos

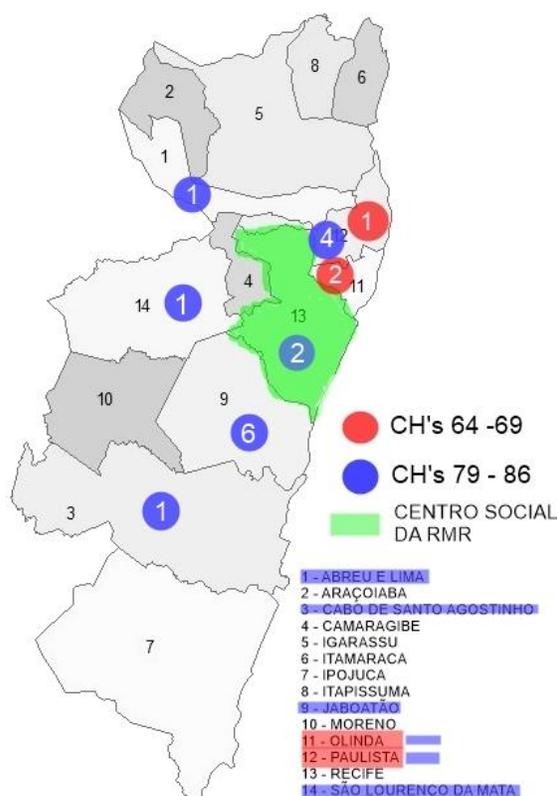
polos centrais da cidade. A principal causa disso era que por se tratarem de conjuntos populares, suas locações não iam ser postas em partes privilegiadas no meio urbano, pois não havia o interesse em colocar essas pessoas, justamente, nas áreas de maior influencia nas cidades – mesmo que a justificativa fosse o fato de encarecer a moradia, e por isso não eram locados em áreas de maior poder aquisitivo e influência. (ver Mapa 3 e 4)

**Mapa 3 - CH'S RMR 64 - 69**



**Fonte:** Mapa do IBGE – Editado pelo autor com base nos dados da PERPART (2017)

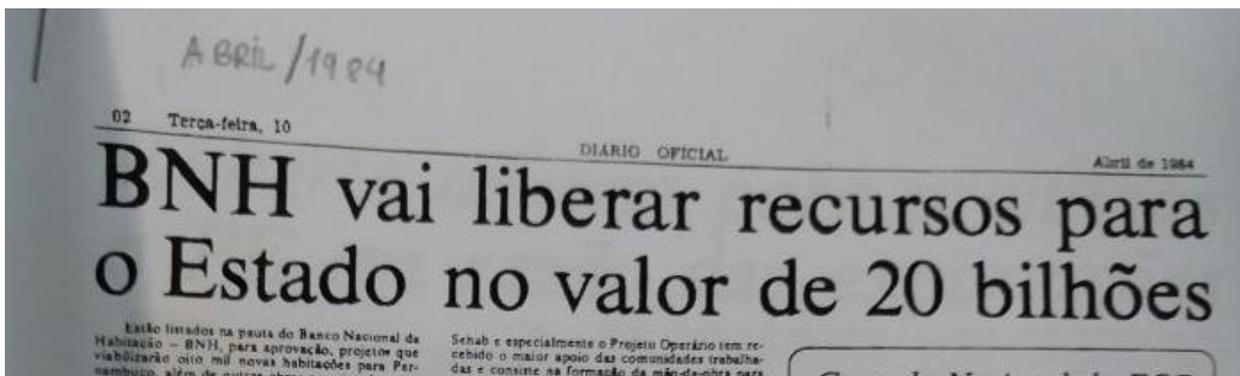
**Mapa 4 - CH'S RMR 79 - 86**



**Fonte:** Mapa do IBGE – Editado pelo autor com base nos dados da PERPART (2017)

Ora, para onde esse dinheiro era destinado se havia verba o suficiente para a construção e principalmente a regularização de áreas que já estavam ocupadas (Ver figura 5) -. A resposta eram as empresas privadas que se beneficiavam das licitações feitas para a construção, e geravam diversos problemas, não só financeiros, mas nas próprias áreas das casas a serem construídas.

**Figura 5** - Notícia sobre liberação de verbas a estado de Pernambuco - 1984



**Fonte:** Diário Oficial (PERPART 2017)

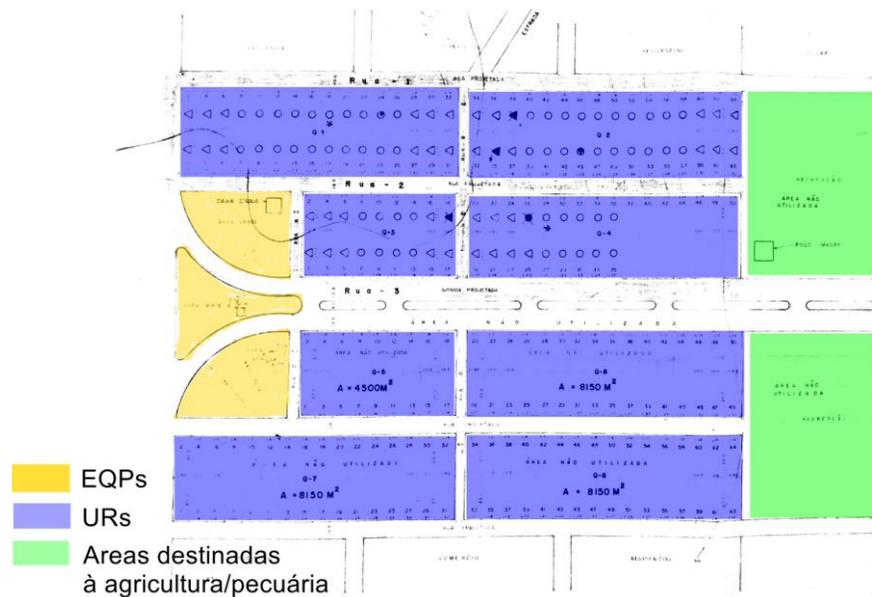
Ainda dentro do recorte entre os anos de 1964 a 1969 e 1979 a 1986, trazemos aqui uma comparação entre as tipologias dos planos urbanísticos feitos em três diferentes áreas da cidade, uma em Catende (mapa 5) e uma em Belém de São Francisco (mapa 6), mostrando a preocupação com o meio urbanístico e o meio social desses conjuntos, onde se adotavam áreas de recreação, plantio, e locação de novos equipamento comunitários para a população. Catende apresentando 220 UHs e aproximadamente 1.100 pessoas beneficiadas, já Belém de São Francisco, com 100 UHs e aproximadamente 550 pessoas beneficiadas.

**Mapa 5** - Núcleo Habitacional Catende



**Fonte:** PERPART, 2017 (Editado pelo autor)

**Mapa 6 - Núcleo Habitacional Belém de São Francisco**

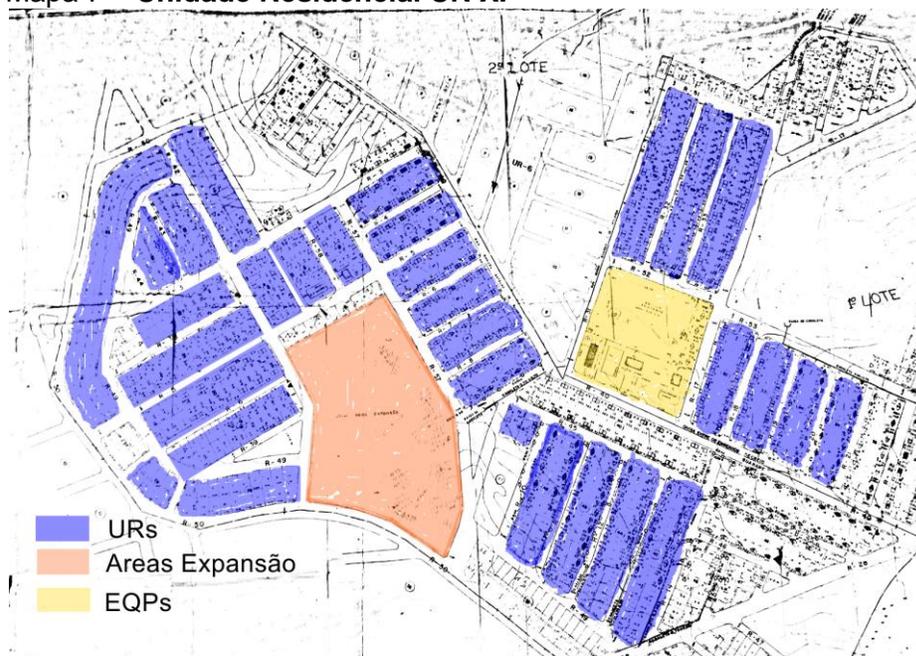


**Fonte:** PERPART, 2017 (Editado pelo autor)

Já de outro lado, vemos o caso da UR11 (Mapa 7) no Ibura, parte de Jabotão dos Guararapes, onde seu projeto foi realizado no início dos anos 70, com a UR1 e foi se expandindo para os lados até chegar na décima primeira etapa em 1978, onde foi avaliado que, a preocupação em suprir a demanda deixada pelo déficit habitacional, levava a COHAB a construção, de cada vez mais, de maiores conjuntos, e no caso da UR11, em áreas de risco, como morros, onde fez-se necessário na época um estudo topográfico para que fosse viável a construção do dito habitacional. Sua malha urbanística, mesmo que projetada, segue uma organicidade - diferente do planejamento ortogonal das ruas que vemos em Catende e Belém de São Francisco (Mapas 5 e 6) - e que, onde vemos que a preocupação era de fato apenas a construção, e não um desenvolvimento espacial para aquelas pessoas, exemplado nas áreas de expansão que o projeto previa. Ora se o governo sabe que tais áreas são passíveis a ocupações irregulares, por que deixar áreas livres entre elas para que possa ocorrer mais rapidamente essas ocupações. Essas áreas de expansão eram pensadas para planos seguintes onde, o terreno já havia sido comprado pela COHAB, e só o que se esperava era a lista de inscritos atingir a quantidade certa para que as obras fossem feitas, mais

uma vez comprovando o cunho capitalista-político do sistema – quanto mais beneficiados, mais financiamentos.

**Mapa 7 – Unidade Residencial UR XI**



**Fonte:** PERPART, 2017 (Editado pelo autor)

Vale ressaltar que as táticas de eliminar a crise habitacional no Brasil, falharam em diversas maneiras, mas não se pode negar, mais uma vez, que inúmeras pessoas foram beneficiadas, mesmo que houvesse todo um cenário de abstenção de pagamento, dívidas pendentes, e falta de regularização. Este trabalho visa compreender a segregação socioespacial desenvolvida por tais meios e sistemas. Por segregação vemos a ideologia implantada no caso da UR11, com 1228 UHs e aproximadamente 6.200 pessoas beneficiadas, onde já havia sido instaurada as dez últimas fases das UR's, adensadas, com diversas ocupações, e fez-se por comodidade, instalar mais uma, em um meio já saturado, com o argumento simples de aquela área ser destinada a habitações populares, esquecendo que aquelas pessoas, ali beneficiadas com a nova moradia, iriam ser expostas a níveis de segregação não só financeiro e espacial, mas também social, pelos indivíduos da sociedade, que já viam os mais pobres de forma excludente e segregatória.

O grande adensamento nessas áreas, como Ibura, Várzea, Rio Doce, comprova cada vez mais que as oportunidades pelo barateamento da terra para construção desses habitacionais era o que prevalecia, e a partir daí, e pela situação de desespero que as pessoas de classe baixa estavam passando, aceitavam sem reclamar.

### **5.3. Os níveis de segregação e a percepção dos usuários nas UH's e entorno**

O questionário desenvolvido segue a perspectiva na qual será apontada se há ou não um nível de segregação socioespacial entre as pessoas que vivem nesses conjuntos habitacionais implantados pela COHAB-PE durante o período da ditadura militar, mais especificamente nos anos em que houve a intervenção do BNH no processo de suprir o déficit habitacional, que teve como consequência a construção de inúmeras habitações sociais em todo o estado.

No que se fala sobre níveis de segregação, tende-se a entender que ocorre diversas formas e maneiras desse processo degradativo acontecer na sociedade, mas aqui em questão deve apenas resolver e chegar a uma conclusão se há, mesmo que minimamente, a segregação socioespacial, o que já irá caracterizar como resposta a pergunta norteadora deste trabalho. Segundo Lefebvre (1968), a categorização da segregação se divide em três âmbitos – deixando claro que os níveis falados acima, se caracterizam em fatores externos, como meios de locomoção, acesso de serviços, inclusão na sociedade, mas para uma melhor exemplificação de como ocorre uma categorização segregacional o autor se refere a três parâmetros – o ecológico, o formal e o sociológico.

- **Ecológico:** Caracteriza-se no meio social pelo aparecimento de favelas, ocupações irregulares, a falta de manutenção nos meios sociais que levam a deteriorização do espaço urbano para um uso em comum por todos os indivíduos. Lefebvre (1968), ainda dessa forma, afirma que o ponto mais crítico, ou seja, o resultado gritante de um processo de segregação, é a formação de guetos, ou grupos que interagem entre si isoladamente dos demais, e que da mesma forma

são isolados. “Favelas; pardieiros. Apodrecimento do coração da cidade.” (Lefebvre, 1968. p. 98)

- **Formal:** É quando os objetos e ações da cidade são isolados e transportados para distantes acessos de uma parcela da sociedade, é quando a própria cidade priva certos indivíduos de usufruírem seus espaços, tanto privados, quanto públicos. “Deteriorização dos signos e significações da cidade, degradação do ‘urbano’ por deslocação de seus elementos arquitetônicos” (Lefebvre, 1968. p. 98)
- **Sociológico:** Quando acarreta modos de vida diferentes, seja dividindo a sociedade por etnias, culturas, economicamente, ou seja, quando os fatores sociais interferem na convivência mutua no espaço social em comum. “Níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e subculturas, etc.” (Lefebvre, 1968. p. 98)

Esses três parâmetros sempre estarão presentes em qualquer nível de segregação, podendo ou não aparecer juntos. Por exemplo, se uma família de classe média mora na periferia, e precisam ir todos os dias à cidade que fica a vinte minutos da sua casa, podemos dizer que esses indivíduos estão expostos a um tipo de segregação formal, pois os objetos e ações deixados na cidade não são de fácil acesso, mas isso não implica em ela não poder usar e não fazer parte da vida social que o centro comercial proporciona. Já outra família, mora na periferia, não tem o mesmo acesso aos serviços oferecidos, e não tem condições financeiras de frequentar os centros comerciais da cidade, logo esses indivíduos estão sendo expostos à segregação formal e sociológica.

Com base nesses três parâmetros o questionário desenvolvido segue a perspectiva na qual será apontada se há ou não um nível de segregação socioespacial entre as pessoas que vivem nesses conjuntos habitacionais implantados pela COHAB-PE durante o período da ditadura militar, mais especificamente nos anos em que houve a intervenção do BNH no processo de suprir o déficit habitacional, que teve como consequência a construção de inúmeras habitações sociais em todo o estado.

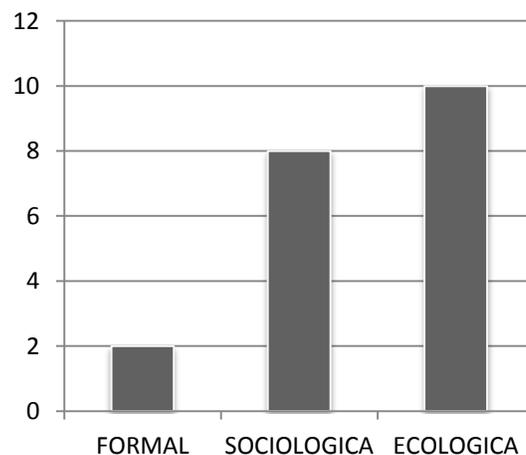
As perguntas bem objetivas buscaram saber se essas pessoas, não só moradoras dos conjuntos habitacionais, mas também da área de instalação dessas moradias –

lembrando que o espaço social não se restringe pontualmente a uma coisa, então para avaliar a segregação socioespacial, temos que avaliar o seu entorno como um todo – pois a segregação leva o espaço como totalidade, ou seja, a área em que esses conjuntos foram criados fica passível a sofrer ou não com uma possível segregação.

Com um total de 10 entrevistados, de partes diferentes da Região Metropolitana do Recife, como Rio Doce, em Olinda, onde teve sua primeira instalação habitacional do ano de 1969, Curado, em Jaboatão, com sua primeira unidade em 1978, e no Ibura, na UR 7 que teve início no ano de 1971, com a UR1. A pesquisa se apresentou bastante constante, apenas divergindo nas opiniões de cada entrevistado, como suas opiniões sobre a locação dos serviços e a mobilidade.

Os serviços como trabalho e lazer, mostraram-se como o avaliado nas questões teóricas desse trabalho, suas oportunidades se apresentam bastante longe das áreas que foram implantados os conjuntos habitacionais, e mesmo que apresentassem tais serviços dentro de suas unidades, a procura por parte dos moradores eram sempre as que estão locadas na parte central da RMR, nos bairros mais centrais da cidade. (ver Gráfico 1)

**Gráfico 1** - Avaliação dos Questionários com base nos parâmetros de Lefebvre



**Fonte:** Dados obtidos pelo autor

Dos 10 entrevistados, 8 apresentaram em suas respostas índices que indicam o tipo de segregação sociológica, ou seja, eles possuem os serviços básicos ao alcance, mas a dinâmica social da cidade se apresenta bastante longe, e suas oportunidades distantes, como trabalho, e dificuldades de locomoção, e horas dentro de transporte público para chegar aos seus destinos. (ver questionário Apêndice)

A exemplo, o caso de Andreia, moradora do Curado II, que reclamou o fato de não haver tais serviços de lazer por perto, e que sempre tinha que se deslocar para o centro da cidade, ou a zona sul, para que pudesse usufruir dos shoppings praças. Quando questionada de o porquê achava que tais serviços oferecidos pela cidade, disse que seu bairro era muito longe dos outros, e que devido sua localização seria difícil a instalação de um shopping ou praça que pudesse servir a comunidade com um todo.

“Porque o bairro que eu resido é de pouca visibilidade para oferecer serviços de lazer e devido à localização ser inviável, muito trânsito e longe de muitos bairros da cidade”

Seu trabalho fica em Dois irmãos, onde leva quase 1h30, pra chegar, e 4 transportes públicos durante o dia. No caso de Andreia, ela ainda possui carro, o que esporadicamente usa para se locomover, mas deixa claro que a opção mais viável para transitar na cidade aos seus pontos de interesse é de ônibus.

Já para Pedro que morava na Etapa 4 das UHs de Rio doce, e que mudou-se para Jardim Atlântico, a diferença de vivencia entre as duas áreas não alterou muito. Antes, sem a presença de nenhuma praça ou equipamento de lazer, em Rio Doce, o deslocamento se fazia necessário para a zona Sul. Mesmo com a mudança, o descaso dos órgãos públicos a trazer tais equipamentos acabava por lesar, não só o entrevistado, mas também todos da área.

O meio de segregação formal é dos três, o mais violento e o que se apresenta mais vivido com base nos questionários, de certa forma, confina os valores que o espaço social tende

a oferecer, a pessoas que são privadas de seus privilégios, ou seja, essa forma de coerção que a cidade impõe ao cidadão gera a segregação socioespacial.

Como exemplado nos capítulos anteriores, a segregação socioespacial se dá a partir de uma intensa correlação entre o morador e os serviços oferecidos pela cidade, e também a própria cidade. Com base nisso, o questionário desenvolvido neste trabalho (ver Apêndice, pag. 65) visa entender e avaliar em que nível essas pessoas, que hoje residem nesses conjuntos, se submetem a tal separação dos serviços oferecidos, como lazer, educação, mobilidade, entre outros.

## **6. REORGANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA QUESTÃO POLITICO-ECONÔMICA OU SOCIAL?**

O fato é que a construção desses habitacionais implantados durante a ditadura militar pela COHAB-PE se destinavam primeiramente às classes de baixa renda que sofriam com a crise da moradia. Ora, isso já se sabe, a questão a ser levantada é que em que medidas os grandes investimentos não ajudaram a suprir a segregação socioespacial na cidade, pois havia todo um ambiente e oportunidades para isso – mesmo que o Brasil estivesse passando por uma ditadura.

Uma vez escolhidos os terrenos a serem construídas dessas unidades habitacionais, o órgão de fiscalização – que também era a COHAB – selecionava a partir de uma lista, quais os beneficiados que iriam tomar a residência pelo sistema de financiamento. Mesmo que fosse uma questão de utilidade pública, ou seja, um bem em comum a sociedade, as famílias que iriam morar nesses habitacionais parcelavam o financiamento através das táticas criadas pelo governo, de seus próprios salários, como o fundo de garantia, que ajudava o operário a conseguir mais rápido sua casa própria. A pergunta que fica no ar é que se a COHAB possuía os meios necessários a desapropriar por utilidade pública, e assim regularizar essas áreas, por que os investimentos não se voltavam a essa tática? Ora, o morador que havia se instalado nessas ocupações já teria se firmado espacialmente, não seria mais fácil mantê-lo ali e dar a dita habitabilidade? Não se pode negar que isso foi feito, casos como o de Mangureira e Mustardinha comprovam que a COHAB também trabalhava em cima desse instrumento social, o de desapropriação, e conferia as pessoas o direito a terra e sua propriedade, agora própria.

Como mostra o mapa dos dois bairros (Figura 6), houve a divisão de um perímetro para que houvesse a aplicação da desapropriação e assim legitimar o morador com a posse da terra, do lote, para que pudesse não só possuir a mesma, mas como também poder construir nela – o que a COHAB também desenvolvia, construía casas nesses lotes, para ajudar as famílias.

**Figura 6 – Mustardinha e Mangueira**



**Fonte:** PERPAT (2017)

Também não podemos negar que grande parte dos esforços feitos pela COHAB se voltavam sim para a questão habitacional que assolava as cidades – fato conferido a grande parte dos trabalhadores da antiga COHAB, que também serviram como fonte para essa conclusão -, mas o grande ator de todo esse período era sem dúvida o BNH/SFH. As ordens vinham do grande sistema e do governo solidário<sup>13</sup>, que tentavam impor uma tática política em cima da população, uma tática para se manter no poder.

A construção de tais habitacionais era visto como uma jogada política, ou seja, o governo construía as moradias para a classe operaria, a que gerava renda aos serviços públicos, assim, essa classe passava a ver de uma forma diferenciada o governo, positiva, mesmo que por trás de tudo isso, a intenção se voltava à economia.

Grande parte das pessoas beneficiadas achava que aquelas moradias eram dadas pelo governo a elas, e só pelo fato de se inscrever e logo após ser sorteado, as livravam de ter que pagar o financiamento que o novo sistema propunha. Com isso a inadimplência e os débitos com o banco aumentaram consideravelmente, pois as pessoas não tinham como arcar com tais dispensas.

<sup>13</sup> Forma na qual o governo ditatorial se intitulava e se apresentava a população

Como a notícia mostra, “agora a casinha própria e decente do Governo Solidário” (Ver Figura 7), com ênfase na casinha, já que a maior UH já feita durante os períodos de atuação do BNH/SFH – COHAB, não ultrapassava os 70 metros quadrados, e que onde se instalavam muitas vezes mais de uma família.

**Figura 7** - Notícia sobre o governo solidário



**Fonte:** Diário Oficial (PERPART 2017)

Próximos aos grandes conjuntos se instalavam preferivelmente a classe operaria, mostrando uma padronização da ocupação ao redor desses habitacionais, como visto no Mapa 8, mostrando que a ocupação se adensava ao passo que os conjuntos habitacionais eram construídos, superpovoando as áreas, e deixando essa população de baixa renda mais longe do núcleo central da região metropolitana, na qual essa área era ocupada mais por interesses de ocupação médio e superior.

**Mapa 8** - Áreas por categoria socio-ocupacional



**Fonte:** SOUZA, M. A. A. s/d

Os terrenos escolhidos para as construções eram antes de tudo pechinchados, ou seja, eram escolhidos aqueles mais baratos os que não iam pesar tanto no bolso do banco, e que conseqüentemente se mantiam longe da área central da cidade, longe da região de maior fluxo de interesses, pois essas áreas já eram destinadas a instalação de grandes empresas e investimentos mais luxuosos, nos quais as empresas construtoras coligadas com o governo nacional se interessavam. Ao passo que essa oferta se tonava mais barata, mais à margem as pessoas eram postas, por isso vemos grandes habitacionais

em áreas menos privilegiadas da cidade, como Ibura, Curado, Várzea, Rio Doce, entre outras – Podendo ser vista no Anexo 1, que mostra a tabela compilativa dos habitacionais criados pelo COHAB ao longo dos anos - pois ali, o preço da terra era consideravelmente menor. Indago outra vez, a COHAB era detentora de um livre poder de compra e instalação, legitimado pelo governo federal, e mesmo assim, a opção de colocação desses habitacionais, a instalação dessas pessoas, era posta em segundo plano, ficando pra trás da ganância econômica e política na qual o Brasil sofreu por 22 anos.

Assim, pode-se concluir que a segregação socioespacial é um mal ideológico-político, e é ativado pelos interesses e produções negativas feitos dentro do espaço urbano, levando a degradação e corrosão a ambiência social nas cidades modernas. A política habitacional trouxe consigo, não se pode negar, grandes oportunidades de moradia, mas deixou uma enorme lacuna no espaço social, fazendo com que a marginalização de inúmeros indivíduos ocorresse. Não se sabe ao certo a que nível as políticas habitacionais foram benéficas ao estado de poder, mas com clareza que a população sofreu mais com a questão ideológica do que a questão financeira, que pelos fatos, se beneficiou mesmo decaindo.

## 7. CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como propósito aportar novas reflexões sobre política habitacional e questões espaciais durante o período militar, contribuindo assim com as discussões sobre o tema que já vem sendo protagonizadas por grandes autores como Ermínia Maricato e Henri Lefebvre, entre outros. A questão central em torno da qual se desenvolveu a pesquisa foi entender até que ponto as políticas habitacionais do período militar influenciaram ou mesmo provocaram uma segregação socioespacial nas cidades brasileiras. Foi escolhida como objeto empírico a Região Metropolitana do Recife, onde através da COHAB-PE e da COHAB-RECIFE, foram construídos 53 conjuntos, no período entre 1964 e 1986, apresentando-se com apenas 36,8% da produção de moradias em todo o estado, que construiu ao longo de seu território 144 conjuntos com quase 94.000 unidades habitacionais (ver Tabela 1, pag. 45 ), mostrando que o núcleo social e de interesses, não só da Região Metropolitana, mas também de todo o estado, estava sendo coibido para as pessoas de baixa renda que se encontravam à margem com crise habitacional, e o teor ideológico foi de grande destaque para que houvesse essa segregação.

Os conceitos básicos que deram suporte à pesquisa foram **espaço, desenvolvimento e segregação socioespacial**, a partir do entendimento de Santos (1978; 2002), de Souza (2002), de Castells (2000) e de Lefebvre (1968), tendo-se chegado a um novo entendimento sobre **produção** (positiva e negativa) e sobre **distribuição** (favorável e adversa) do espaço. Entendeu-se como produção positiva quando os objetos e ações são produzidos pela grande parcela formadora só espaço urbano, assim impondo a vontade da maioria sobre o espaço social e como produção negativa, o contrário, é quando essa produção passa a ser feita por uma parcela menor, detentora de poderes, que nessa produção, não visará o benefício de uma totalidade e suas intenções se restringem a uma pequena parcela, dominante, do espaço social. Ainda como distribuição favorável quando os objetos e ações produzidas pelo indivíduo no espaço se apresentam de forma a beneficiar um todo da população que vive na sociedade, ou seja,

haverá a divisão inclusiva desse espaço, que agira de forma a beneficiar todos os que residem na sociedade e como distribuição adversa quando as transformações do espaço passam a coibir o desenvolvimento espacial, distribuindo desigualmente os objetos e ações produzidos, sejam eles positivos ou negativos.

Sob esse novo entendimento a pesquisa através das várias técnicas utilizadas, mostrou que a produção espacial durante o período militar se mostrava mais negativa do que positiva, ao passo que suas ações e objetos lesavam socialmente e ideologicamente os cidadãos de baixa renda, que no espaço são marginalizados, acarretando sua segregação socioespacial.

Quanto à questão da reorganização e segregação socioespacial ser uma questão econômica ou social conclui-se que a crise habitacional em todo o país era antes de tudo uma crise social, uma crise que expunha as pessoas que não tinham condições e oportunidades que as cidades tinham a oferecer, a crise era ideológica e gerava a segregação socioespacial. Mas a segregação socioespacial, não tinha como agente causador principal a sociedade, nem a ideologia social que circundava a cidade, a economia do Brasil que se encontrava também em crise, era sempre posta em primeiro plano, mesmo que não aparecesse tanto nos holofotes como as moradias, pois a tática das políticas era justamente combater a ideologia que poderia se formar se a crise na habitação não fosse resolvida. Um dos objetivos de toda essa pesquisa, foi mostrar que o capitalismo exacerbado do Brasil ditatorial, a busca pelo desenvolvimento econômico, acarretou de forma consciente e bruta a segregação no meio social, levando consequências a pessoas que tentavam um meio de vida de vida melhor.

Logo, a questão econômica sempre foi a principal causadora da segregação em todas as instâncias durante o período ditatorial, que sempre buscava o bom funcionamento da economia e a geração de lucro através dos inúmeros financiamentos que era postos as pessoas. A questão norteadora deste trabalho era avaliar em que medida as políticas habitacionais feitas durante o período militar ajudaram a desenvolver a segregação socioespacial nas cidades, em especial na cidade do Recife, e essa pesquisa se mostra

suficiente para comprovar a hipótese formulada, demonstrando que houve sim, um tipo severo de segregação socioespacial, com a criação de novas ocupações irregulares, favelas e exclusão social. Com uma junção dos três parâmetros dados por Lefebvre para explicar a segregação, a RMR do Recife se mostrou passiva a esse tipo de mal, e que durante os anos da ditadura militar sofreu com isso, não só seus indivíduos, mas também seu espaço social e urbano.

A partir desta pesquisa muitas outras perguntas surgem no meio social, como essas políticas influenciam na organização social hoje? Quais males sociais essa segregação acarretou ao longo dos anos, e qual seu reflexo na vivência da sociedade atual? Ainda vivemos em uma sociedade que camufla suas feridas através de palavras bem ditas e companhas enganosas? Essas perguntas podem ser respondidas em outras oportunidades de pesquisa e investigação, e novas perspectivas do espaço urbano, sempre se lembrando que o bem social é sempre de suma importância em uma sociedade, e sempre deve ser compreendido como uma coisa que deve sim ser discutida.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. D. **Vinte e Dois anos de Política Habitacional popular (1964-86): Criação trajetória e extinção do BNH.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458>. Acesso em: 25 de maio, 2017.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria.** Estação Liberdade, 1998. p. 73-97.

BOTEGA, L D. R. **A política habitacional no Brasil (1930-1990).** Disponível em: <http://www.fals.com.br/revela7/politicahabitacional.pdf> . Acesso em: 16 de outubro, 2017.

BOTEGA, L D. R. **De Vargas a Collor: Urbanização e política habitacional no Brasil.** Espaço Plural, 2007. p. 65-72.

CARVALHO, C. O. **Cidade, exclusão socioespacial e políticas públicas: A copa do mundo no Brasil.** Disponível em: <https://www2.direito.ufmg.br/revistadocaap/index.php/revista/article/viewFile/362/343>. Acesso em: 25 de maio, 2017.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial.** Série Principios. p. 71.

FGV. **Anos de incerteza (1930 – 1937) > Institutos de Aposentadoria e Pensões.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>. Acesso em: 14 de outubro, 2017.

GOMES, R. C. C; SILVA, A. B.; SILVA, V. P. **Política habitacional e urbanização no Brasil.** Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(083).htm). Acesso em: 15 de fevereiro, 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Centauro Editora, 1968. p. 95-104.

MARICATO, E.. **Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica.** Vozes, 1987. 29-67 p.

NEGRELOS, E. P., ROCHA, N. B. P. **A HABITAÇÃO SOCIAL NA DITADURA MILITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO: Um estudo sobre técnicas construtivas, arquitetura e urbanismo tendo como estudo s de caso os conjuntos habitacionais em itaquera e**

em **heliópolis.** Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=2248&numeroEdicao=22>. Acesso em: 05 de Novembro, 2017.

NEGRI, S.M. **Segregação socioespacial: Alguns conceitos e análises.** Disponível em: [www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/.../99](http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/.../99). Acesso em: 25 de maio, 2017.

PORTAL BRASIL. **Financiamento Habitacional.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/financiamento-habitacionalAcesso>. Acesso em: 8 de outubro, 2017.

SANTOS, M. A **Natureza do espaço.** HUCITEC/EDUSP, 2002. p. 104.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** HUCITEC/EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova.** HUCITEC/EDUSP, 1978. p. 236.

SOUZA, M. L. D. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Bertrand Brasil, 2002. p. 60-72. Acervo Pessoal

SILVA, M. L. D., TOURINHO, H. Z. **O Banco Nacional de Habitação e o programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional.** Disponível em: [http://observatoriodasmetrololes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1412:bnh-e-minha-casa-minha-vida-mesma-l%C3%B3gica-locacional&Itemid=181&lang=en#](http://observatoriodasmetrololes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1412:bnh-e-minha-casa-minha-vida-mesma-l%C3%B3gica-locacional&Itemid=181&lang=en#). Acesso em: 8 de outubro, 2017.

SOUZA, M. A. A. **HABITAÇÃO: BEM OU DIREITO? As condições de acesso à habitação popular analisadas à luz da atuação da COHAB-PE na RMR.** Outubro/1990. 187 paginas. Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco UFPE. 10/1990.

SOUZA, M. A. A. **Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife.** Disponível em: [http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo\\_4.pdf](http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_4.pdf). Acesso em: 16 de outubro, 2017.

## APÊNDICE

Questionário desenvolvido para formação do gráfico e conclusão:

QUESTIONÁRIO
1º) Em que parte da cidade você trabalha? Em qual bairro? E em quanto tempo você demora para chegar?
2º) Quais os meios de transporte que você usa para se locomover ate os pontos que precisa ir? - Bicicleta - Moto - Carro - Ônibus
3º) Quantos destes transportes você usa diariamente? E se o mesmo, quantas vezes? 4º) Quais serviços você tem acesso, que você pode usufruir? - Escola - Posto de saúde - Posto de segurança - Lazer (Shopping, parques, etc) - Mercado Se alguma resposta for não, por que você acha que não pode utilizá-lo?
5º) Você possui esses tipo de serviços a disposição perto? Se não, onde você vai para poder utilizá-los?
6º) Você gostaria que esses serviços estivessem mais perto?
7º) Por que você acha que não estão ao seu alcance?

## ANEXOS

NOME DO CONJUNTO HABITACIONAL	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP	CATEGORIA / FINANCIAMENTO	ANO DE INAUGURAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS	STATUS 2016	NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PLANILHA DE DESENVOLVIMENTO DE HABITACIONAIS
NÚCLEO HABITACIONAL ABREU E LIMA	ABREU E LIMA		ABREU E LIMA	53500-990	BNH	09/75	293	CONCLUÍDO	1.465	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL AFOGADOS DA INGAZEIRA	AFOGADOS DA INGAZEIRA		AFOGADOS DA INGAZEIRA	54800-000	BNH	07/81	193	CONCLUÍDO	945	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ARAÚJO	ARAÚJO		ARAÚJO	56360-000	BNH	12/82	50	CONCLUÍDO	250	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ACRESTINA	ACRESTINA		ACRESTINA	55495-000	BNH	01/83	66	CONCLUÍDO	330	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ÁGUA PRETA	ÁGUA PRETA		ÁGUA PRETA	55550-000	BNH	01/77	100	CONCLUÍDO	500	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ALIANÇA	ALIANÇA		ALIANÇA	55890-000	BNH	02/82	197	CONCLUÍDO	985	COHAB/	
CONJUNTO HABITACIONAL DE ALTIHO	ALTIHO		ALTIHO	55490-000	BNH	03/83	154	CONCLUÍDO	770	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ANGELINA	ANGELINA		ANGELINA	55430-000	BNH	03/83	50	CONCLUÍDO	250	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ARAPIRINA	ARAPIRINA		ARAPIRINA	56280-000	BNH	03/83	165	CONCLUÍDO	825	COHAB/	
CONJUNTO HABITACIONAL ARCOVERDE	ARCOVERDE		ARCOVERDE	54502-005	BNH	03/80	400	CONCLUÍDO	2.000	COHAB/	
--- CONJUNTO HABITACIONAL ARCOVERDE II	ARCOVERDE		ARCOVERDE	56502-004	BNH	11/84	206	CONCLUÍDO	1.030	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ARTHUR LUNDGREN (1ª ETAPA)	PAULISTA		ARTHUR LUNDGREN	53401-000	BNH	10/80	2056	CONCLUÍDO	10.280	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL ARTHUR LUNDGREN (2ª ETAPA)	PAULISTA		ARTHUR LUNDGREN	53401-000	BNH	03/82	4401	CONCLUÍDO	22.005	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BELÉM DE SÃO FRANCISCO	VITÓRIA DE STº ANTÃO		BELÉM DE SÃO FRANCISCO	55602-000	BNH	12/82	653	CONCLUÍDO	3.265	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL JOAQUIM CORDEIRO WANDERLEY	BELÉM DE SÃO FRANCISCO		BELÉM DE SÃO FRANCISCO	56440-000	BNH	10/69	100	CONCLUÍDO	500	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BELO JARDIM	BELÉM DE SÃO FRANCISCO		BELÉM DE SÃO FRANCISCO	55150-001	BNH	11/80	292	CONCLUÍDO	1.460	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BELO JARDIM II	BELÉM DE SÃO FRANCISCO		BELÉM DE SÃO FRANCISCO	55150-001	BNH	11/85	150	CONCLUÍDO	750	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BETÂNIA	BETÂNIA		BETÂNIA	56670-000	BNH	06/82	43	CONCLUÍDO	315	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BEZERRAS	BEZERRAS		BEZERRAS	55660-000	BNH	03/83	400	CONCLUÍDO	2.000	COHAB/	
CONJUNTO RESIDENCIAL BOA VISTA I	BOA VISTA		BOA VISTA	55000-990	BNH	11/80	1004	CONCLUÍDO	5.020	COHAB/	
CONJUNTO HABITACIONAL BOA VISTA II	CARIJURU		BOA VISTA	55000-990	BNH	09/82	1206	CONCLUÍDO	6.030	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BODOCÓ	BODOCÓ		BODOCÓ	56220-000	BNH	03/83	88	CONCLUÍDO	440	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BOM CONSELHO	BOM CONSELHO		BOM CONSELHO	55330-000	BNH	03/83	132	CONCLUÍDO	660	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BOM JARDIM	BOM JARDIM		BOM JARDIM	55730-000	BNH	03/82	100	CONCLUÍDO	500	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BONITO	BONITO		BONITO	55680-000	BNH	01/74	116	CONCLUÍDO	580	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BONITO II	BONITO		BONITO	55680-001	BNH	11/82	78	CONCLUÍDO	390	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BREJÃO	BREJÃO		BREJÃO	55325-000	BNH	02/83	37	CONCLUÍDO	185	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL BREJINHO	BREJINHO		BREJINHO	56740-000	BNH	03/83	50	CONCLUÍDO	250	COHAB/	
NÚCLEO RESIDENCIAL MINISTRO MARCOS FREIRE	CAPO DE STO AGOSTINHO		PIRAPAMA	54500-990	BNH	01/80	3472	CONCLUÍDO	17.360	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL VILA ESPERANÇA	CAPO DE STO AGOSTINHO		VILA ESPERANÇA	54500-990	BNH	04/78	166	CONCLUÍDO	830	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL CABROBÓ	CABROBÓ		CABROBÓ	56180-000	BNH	06/81	207	CONCLUÍDO	1.035	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL CAETÉS	ABREU E LIMA		CAETÉS	53500-990	BNH	10/81	555	CONCLUÍDO	27.775	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL CAETÉS	CAETÉS		CAETÉS	55360-000	BNH	03/83	104	CONCLUÍDO	520	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL CALÇADO	CALÇADO		CAETÉS	55375-000	BNH	09/82	55	CONCLUÍDO	275	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL CAMOCIM DE SÃO FELIX	CAMOCIM DE SÃO FELIX		CALÇADO	55665-000	BNH	10/82	101	CONCLUÍDO	505	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL CANHOTINHO	CANHOTINHO		CAMOCIM DE SÃO FELIX	55420-000	BNH	03/83	113	CONCLUÍDO	565	COHAB/	
NÚCLEO HABITACIONAL CARPARRAS	CARPARRAS		CANHOTINHO	55565-000	BNH	03/83	444	CONCLUÍDO	820	COHAB/	

NOME DO CONJUNTO HABITACIONAL			LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP	CATEGORIA / FINANCIAMENTO	ANO DE INAUGURAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS	STATUS 2016	NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
NÚCLEO RESIDENCIAL CARRINA I	CARRINA		CARRINA		CARRINA	55811-000	BNH	09/69	284	CONCLUÍDO	1.420	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL CARRINA II	CARRINA		CARRINA		CARRINA	55811-000	BNH	10/82	61	CONCLUÍDO	305	COHAB/PE
CONJUNTO HABITACIONAL CARRINA III	CARRINA		CARRINA		CARRINA	55811-000	BNH	01/89	120	CONCLUÍDO	600	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL CATENDE	CATENDE		CATENDE		CATENDE	55400-000	BNH	09/68	220	CONCLUÍDO	1.100	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL CATENDE I	CATENDE		CATENDE		CATENDE	55400-000	BNH	12/81	72	CONCLUÍDO	360	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL CEDRO	CEDRO		CEDRO		CEDRO	53130-000	BNH	02/80	59	CONCLUÍDO	295	COHAB/PE
CONJUNTO RESIDENCIAL CEDRO	CARIUARU		CARIUARU		CEDRO	55000-990	BNH	04/84	2035	CONCLUÍDO	10.175	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL CIDADE JARDIM PAULISTA	PAULISTA		PARATIBÉ		PARATIBÉ	53401-000	BNH	03/72	631	CONCLUÍDO	3.155	COHAB/PE
CONJUNTO HABITACIONAL CURADO I	JABOATÃO DOS GUARARAPES		JABOATÃO DOS GUARARAPES		CURADO I	54070-000	BNH	01/79	870	CONCLUÍDO	4.350	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL CURADO II	JABOATÃO DOS GUARARAPES		JABOATÃO DOS GUARARAPES		CURADO II	54070-000	BNH	06/78	904	CONCLUÍDO	4.520	COHAB/PE
CONJUNTO HABITACIONAL CURADO III	JABOATÃO DOS GUARARAPES		JABOATÃO DOS GUARARAPES		CURADO III	54070-000	BNH	03/80	1436	CONCLUÍDO	7.180	COHAB/PE
CONJUNTO HABITACIONAL CURADO IV	JABOATÃO DOS GUARARAPES		JABOATÃO DOS GUARARAPES		CURADO IV	54070-000	BNH	03/86	4546	CONCLUÍDO	22.730	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL CUSTÓDIA	CUSTÓDIA		CUSTÓDIA		CUSTÓDIA	56640-000	BNH	11/82	114	CONCLUÍDO	570	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL FEIRA NOVA	FEIRA NOVA		FEIRA NOVA		FEIRA NOVA	55715-000	BNH	10/85	59	CONCLUÍDO	295	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL FEIRA NOVA	FERRERIOS		FERRERIOS		FERRERIOS	55980-000	BNH	03/83	187	CONCLUÍDO	935	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL FLORESTA	FLORESTA		FLORESTA		FLORESTA	56890-000	BNH	10/85	125	CONCLUÍDO	625	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL FERREIROS	FERREIROS		FERREIROS		FERREIROS	55291-000	BNH	03/68	125	CONCLUÍDO	625	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL GARANHUNS	GARANHUNS		GARANHUNS		GARANHUNS	55291-000	BNH	01/69	400	CONCLUÍDO	2.000	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL INALDO GUERRA	GRAVATA		GRAVATA		GRAVATA	55640-001	BNH	05/67	100	CONCLUÍDO	500	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL GLÓRIA DO GOTA	GLÓRIA DO GOTA		GLÓRIA DO GOTA		GLÓRIA DO GOTA	55620-000	BNH	06/83	432	CONCLUÍDO	2.160	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL GOIANA (MULTIPLAÇÃO)	GOIANA		GOIANA		GOIANA	55990-000	BNH	05/67	170	CONCLUÍDO	850	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL LATI	LATI		LATI		LATI	55345-000	BNH	09/83	107	CONCLUÍDO	535	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL IBIRIRIM	IBIRIRIM		IBIRIRIM		IBIRIRIM	56580-000	BNH	10/85	207	CONCLUÍDO	1.035	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL EBENEZER GUERROS	IGARASSU		IGARASSU		IGARASSU	53605-000	BNH	07/76	54	CONCLUÍDO	270	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL IGUAÇÁ	IGUAÇÁ		IGUAÇÁ		IGUAÇÁ	56840-000	BNH	10/85	60	CONCLUÍDO	300	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL INAJÁ	INAJÁ		INAJÁ		INAJÁ	56560-000	BNH	11/81	68	CONCLUÍDO	340	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL INGAZEIRAS	INGAZEIRAS		INGAZEIRAS		INGAZEIRAS	56830-000	BNH	08/97	100	CONCLUÍDO	500	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL IPUBI	IPUBI		IPUBI		IPUBI	56260-000	BNH	03/83	110	CONCLUÍDO	550	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL ITAMBÉ	ITAMBÉ		ITAMBÉ		ITAMBÉ	55920-000	BNH	07/70	30	CONCLUÍDO	150	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL ITAPETIM	ITAPETIM		ITAPETIM		ITAPETIM	56720-000	BNH	08/97	4170	CONCLUÍDO	20.850	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL JARDIM PAULISTA	PAULISTA		JARDIM PAULISTA		JARDIM PAULISTA	53401-000	BNH	03/79	200	CONCLUÍDO	1.000	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL JARDIM SANTO INACIO	CAPO DE STO AGOSTINHO		SANTO INACIO		JARDIM PLAVALTO	54500-990	BNH	06/77	642	CONCLUÍDO	3.210	COHAB/PE
PARQUE RESIDENCIAL VINCUS DE MORAIS	RECIFE		JATUBA		JATUBA	50000-000	BNH	07/80	53	CONCLUÍDO	265	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL JATUBA	JATUBA		JATUBA		JATUBA	55180-000	BNH	01/83	50	CONCLUÍDO	250	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL JUPI	JUPI		JUPI		JUPI	55395-000	BNH	03/83	44	CONCLUÍDO	220	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL JUREMA	JUREMA		JUREMA		JUREMA	55480-000	BNH	09/82	943	CONCLUÍDO	4.715	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL LAGOA ENCANALADA	RECIFE		LAGOA ENCANALADA		LAGOA ENCANALADA	50000-000	BNH	05/1980	170	CONCLUÍDO	850	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL LAJEDO	LAJEDO		LAJEDO		LAJEDO	55385-000	BNH	04/69	300	CONCLUÍDO	1.500	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL LIMOEIRO	LIMOEIRO		LIMOEIRO		LIMOEIRO	55700-000	BNH	05/68		CONCLUÍDO		COHAB/PE

PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE HABITACIONAIS										
NOME DO CONJUNTO HABITACIONAL	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP	CATEGORIA / FINANCIAMENTO	ANO DE INAUGURAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS	STATUS 2016	NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
NÚCLEO HABITACIONAL LIMOEIRO II	LIMOEIRO		LIMOEIRO	55700-000	BNH	12/82	350	CONCLUÍDO	1.750	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL LIMOEIRO (MULTIETAPAS)	LIMOEIRO		LIMOEIRO	55700-000	BNH	09/79	101	CONCLUÍDO	505	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MACAPARANA	MACAPARANA		MACAPARANA	55865-000	BNH	12/84	68	CONCLUÍDO	340	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MACHADOS	MACHADOS		MACHADOS	55740-000	BNH	03/83	196	CONCLUÍDO	980	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL DE OURO PRETO	OLINDA		OURO PRETO	53010-005	BNH	01/74	701	CONCLUÍDO	3.505	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MARANGUAPE I	PAULISTA		MARANGUAPE I	53401-000	BNH	08/81	8409	CONCLUÍDO	42.045	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MARANGUAPE II	PAULISTA		MARANGUAPE II	53401-000	BNH	08/81	3300	CONCLUÍDO	16.500	COHAB/PE
PARQUE RESIDENCIAL MARCOS FREIRE (1ª ETAPA)	JABOATÃO DOS GUARARAPES		MARCOS FREIRE	54070-000	BNH	01/88	992	CONCLUÍDO	4.960	COHAB/PE
PARQUE RESIDENCIAL MARCOS FREIRE (2ª ETAPA)	JABOATÃO DOS GUARARAPES		MARCOS FREIRE	54070-000	BNH	06/88	1456	CONCLUÍDO	7.280	COHAB/PE
PARQUE RESIDENCIAL MARCOS FREIRE (3ª ETAPA)	JABOATÃO DOS GUARARAPES		MARCOS FREIRE	54070-000	BNH	03/89	1240	CONCLUÍDO	6.200	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MASSANGANGO I	PETROLINA		MASSANGANGO	55346-500	BNH	09/82	400	CONCLUÍDO	2.000	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MASSANGANGO II	PETROLINA		MASSANGANGO	55346-500	BNH	09/82	290	CONCLUÍDO	1.450	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MASSANGANGO III	PETROLINA		MASSANGANGO	55346-500	BNH	09/83	680	CONCLUÍDO	3.400	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MASSANGANGO IV	PETROLINA		MASSANGANGO	55346-500	BNH	06/82	343	CONCLUÍDO	1.715	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MASSANGANGO V	PETROLINA		MASSANGANGO	55346-500	BNH	03/86	499	CONCLUÍDO	2.495	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MASSANGANGO V	PETROLINA		MASSANGANGO	55346-500	BNH	11/86	546	CONCLUÍDO	2.730	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MASSANGANGO V	MIRANDIBA		MIRANDIBA	55980-000	BNH	08/81	56	CONCLUÍDO	280	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL GOVERNADOR DANTAS BARRETO	PAULISTA		MIRAJEIRA	53401-000	BNH	10/67	525	CONCLUÍDO	2.625	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL MURIBECA	JABOATÃO		MURIBECA	54070-000	BNH	05/82	2240	CONCLUÍDO	11.200	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL OROCÓ	OROCÓ		OROCÓ	55745-000	BNH	09/82	200	CONCLUÍDO	1.000	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PALMARES	PALMARES		PALMARES	55540-000	BNH	04/69	293	CONCLUÍDO	1.465	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PALMARES II	PALMARES		PALMARES	55540-000	BNH	03/82	211	CONCLUÍDO	1.055	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PARANAMIRIM	PARANAMIRIM		PARANAMIRIM	55355-000	BNH	09/82	199	CONCLUÍDO	995	COHAB/PE
LOTAMENTO PARQUE RESIDENCIAL CAPIBARIBE	SÃO LOURENÇO DA MATA		PARQUE CAPIBARIBE	54705-000	BNH	03/84	2433	CONCLUÍDO	12.165	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PAUDALHO	PAUDALHO		PAUDALHO	55825-000	BNH	05/68	106	CONCLUÍDO	530	COHAB/PE
CONJUNTO RESIDENCIAL PAUDALHO II	PAUDALHO		PAUDALHO	55825-000	BNH	03/85	200	CONCLUÍDO	1.000	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PAULISTA CENTRO	PAULISTA		PAULISTA	53401-000	BNH	07/78	212	CONCLUÍDO	1.060	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PESQUEIRA	PESQUEIRA		PESQUEIRA	55200-000	BNH	11/81	107	CONCLUÍDO	535	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PARQUE RESIDENCIAL PESQUEIRA	PESQUEIRA		PESQUEIRA	55000-990	BNH	01/83	250	CONCLUÍDO	1.250	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (1ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	11/69	128	CONCLUÍDO	640	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (2ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	11/69	45	CONCLUÍDO	225	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (3ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	11/69	130	CONCLUÍDO	650	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (4ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	07/70	183	CONCLUÍDO	915	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (5ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	03/71	219	CONCLUÍDO	1.095	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (6ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	05/72	250	CONCLUÍDO	1.250	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (7ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	05/72	279	CONCLUÍDO	1.395	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (8ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	11/69	240	CONCLUÍDO	1.200	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (9ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	02/74	50	CONCLUÍDO	250	COHAB/PE

NOME DO CONJUNTO HABITACIONAL			LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP	CATEGORIA/ FINANCIAMENTO	ANO DE INAUGURAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS	STATUS 2016	NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS	Órgão RESPONSÁVEL
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHO (10ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	03/78	200	CONCLUÍDO	1.000	CONCLUÍDO	40	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PEIXINHOS (1ª ETAPA)	OLINDA		PEIXINHOS	53010-005	BNH	03/78	8	CONCLUÍDO	1.000	CONCLUÍDO	40	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PETROLINA I	PETROLINA		AREIA BRANCA	55346-500	BNH	04/67	440	CONCLUÍDO	2.200	CONCLUÍDO	2.200	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PETROLINA II	PETROLINA		PETROLINA	55346-500	BNH	03/79	500	CONCLUÍDO	2.500	CONCLUÍDO	2.500	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PETROLINA III	PETROLINA		PETROLINA	55346-500	BNH	11/79	500	CONCLUÍDO	2.500	CONCLUÍDO	2.500	COHAB/PE
PARQUE RESIDENCIAL SÃO FRANCISCO	PETROLINA		SÃO FRANCISCO	55346-500	BNH	07/80	270	CONCLUÍDO	1.350	CONCLUÍDO	1.350	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL POÇÃO	POÇÃO		POÇÃO	55240-000	BNH	08/93	1449	CONCLUÍDO	7.245	CONCLUÍDO	7.245	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIACHO DAS ALMAS	RIACHO DAS ALMAS		RIACHO DAS ALMAS	55120-000	BNH	09/82	38	CONCLUÍDO	190	CONCLUÍDO	190	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIBEIRÃO	RIBEIRÃO		RIBEIRÃO	55520-000	BNH	03/83	45	CONCLUÍDO	225	CONCLUÍDO	225	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIO DOCE I	OLINDA		RIO DOCE	53010-005	BNH	09/68	205	CONCLUÍDO	1.025	CONCLUÍDO	1.025	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIO DOCE II	OLINDA		RIO DOCE	53010-005	BNH	05/69	1324	CONCLUÍDO	6.620	CONCLUÍDO	6.620	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIO DOCE III	OLINDA		RIO DOCE	53010-005	BNH	03/71	1044	CONCLUÍDO	5.220	CONCLUÍDO	5.220	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIO DOCE IV	OLINDA		RIO DOCE	53010-005	BNH	03/77	1147	CONCLUÍDO	5.735	CONCLUÍDO	5.735	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIO DOCE V	OLINDA		RIO DOCE	53010-005	BNH	10/78	4617	CONCLUÍDO	23.085	CONCLUÍDO	23.085	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIO FORMOSO	RIO FORMOSO		RIO FORMOSO	55640-001	BNH	04/79	1270	CONCLUÍDO	6.350	CONCLUÍDO	6.350	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL RIO IPOJUCA	GRAVATÁ		RIO IPOJUCA	55640-001	BNH	03/89	178	CONCLUÍDO	890	CONCLUÍDO	890	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SAIRÉ	SAIRÉ		SAIRÉ	55695-000	BNH	12/87	325	CONCLUÍDO	1.625	CONCLUÍDO	1.625	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SALGUEIRO I	SALGUEIRO		SALGUEIRO	56000-000	BNH	03/83	36	CONCLUÍDO	180	CONCLUÍDO	180	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SALGUEIRO II	SALGUEIRO		SALGUEIRO	56000-000	BNH	01/83	380	CONCLUÍDO	1.900	CONCLUÍDO	1.900	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SANTA CRUZ DO CARIBARIIBE	SANTA CRUZ DO CARIBARIIBE		SANTA CRUZ DO CARIBARIIBE	56000-000	BNH	04/86	400	CONCLUÍDO	2.000	CONCLUÍDO	2.000	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SANTA MARIA DA BOA VISTA	SANTA MARIA DA BOA VISTA		SANTA MARIA DA BOA VISTA	55190-001	BNH	09/82	206	CONCLUÍDO	1.030	CONCLUÍDO	1.030	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SANTA ROSA (1ª ETAPA)	GARANHUNS		SANTA ROSA	55291-000	BNH	12/81	90	CONCLUÍDO	450	CONCLUÍDO	450	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SANTA ROSA (2ª ETAPA)	GARANHUNS		SANTA ROSA	55291-000	BNH	10/82	411	CONCLUÍDO	2.055	CONCLUÍDO	2.055	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SÃO JOAQUIM DO MONTE	SÃO JOAQUIM DO MONTE		SÃO JOAQUIM DO MONTE	55670-000	BNH	01/84	735	CONCLUÍDO	3.675	CONCLUÍDO	3.675	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SÃO JOSÉ DO BELMONTE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE		SÃO JOSÉ DO BELMONTE	55690-000	BNH	07/83	80	CONCLUÍDO	400	CONCLUÍDO	400	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SÃO JOSÉ DO EGITO	SÃO JOSÉ DO EGITO		SÃO JOSÉ DO EGITO	56700-000	BNH	03/77	77	CONCLUÍDO	385	CONCLUÍDO	385	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SÃO VICENTE FERRER	SÃO VICENTE FERRER		SÃO VICENTE FERRER	55860-000	BNH	12/84	100	CONCLUÍDO	500	CONCLUÍDO	500	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SERRA TALHADA	SERRA TALHADA		SERRA TALHADA	56903-000	BNH	07/82	80	CONCLUÍDO	400	CONCLUÍDO	400	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SERTÂNIA	SERTÂNIA		SERTÂNIA	56600-000	BNH	10/68	399	CONCLUÍDO	1.995	CONCLUÍDO	1.995	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SURUBIM I	SURUBIM		SURUBIM	55750-000	BNH	01/77	44	CONCLUÍDO	220	CONCLUÍDO	220	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL SURUBIM II	SURUBIM		SURUBIM	55750-000	BNH	05/89	100	CONCLUÍDO	500	CONCLUÍDO	500	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL TABIRA	TABIRA		TABIRA	56780-000	BNH	08/97	188	CONCLUÍDO	750	CONCLUÍDO	750	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL TERRA NOVA	TERRA NOVA		TERRA NOVA	56190-000	BNH	10/85	66	CONCLUÍDO	330	CONCLUÍDO	330	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL TIMBAÚBA	TIMBAÚBA		TIMBAÚBA	55125-000	BNH	06/70	115	CONCLUÍDO	575	CONCLUÍDO	575	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL TORITAMA	TORITAMA		TORITAMA	55805-000	BNH	09/83	50	CONCLUÍDO	250	CONCLUÍDO	250	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL TRACUNHÉM	TRACUNHÉM		TRACUNHÉM	55805-000	BNH	04/84	90	CONCLUÍDO	450	CONCLUÍDO	450	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL TRINDADE I	TRINDADE		TRINDADE	56250-000	BNH	12/82	79	CONCLUÍDO	395	CONCLUÍDO	395	COHAB/PE

NOME DO CONJUNTO HABITACIONAL			LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP	CATEGORIA / FINANCIAMENTO	ANO DE INAUGURAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS	STATUS 2016	NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
UNIDADE RESIDENCIAL UR I			RECIFE		IBURA	50000-000	BNH	08/1966	1051	CONCLUÍDO	5.255	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR II			RECIFE		IBURA	50000-000	BNH	02/1967	892	CONCLUÍDO	4.460	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR III			RECIFE		IBURA	50000-000	BNH	03/1968	703	CONCLUÍDO	3.515	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR IV			RECIFE		IBURA	50000-000	BNH	01/1969	200	CONCLUÍDO	1.000	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR V			RECIFE		IBURA	50000-000	BNH	11/1973	905	CONCLUÍDO	4.525	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR VI			RECIFE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	ZUMBI DO PACHECO	54070-000	BNH	01/71	1030	CONCLUÍDO	5.150	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR VII			RECIFE		VARZEA	50000-000	BNH	01/1969	540	CONCLUÍDO	2.700	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR VIII			RECIFE	JARDIM SÃO PAULO	IBURA	50000-000	BNH	07/1973	573	CONCLUÍDO	2.865	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR IX			RECIFE	IBURA	IBURA	50000-000	BNH	10/1973	129	CONCLUÍDO	645	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR X			RECIFE	IBURA	IBURA	50000-000	BNH	08/1976	327	CONCLUÍDO	1.635	COHAB/PE
UNIDADE RESIDENCIAL UR XI			RECIFE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	ZUMBI DO PACHECO	54070-000	BNH	04/78	1228	CONCLUÍDO	6.140	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL VENTUROSA			VENTUROSA		VENTUROSA	55270-000	BNH	10/85	95	CONCLUÍDO	475	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL VERDEJANTE			VERDEJANTE		VERDEJANTE	56120-000	BNH	10/85	30	CONCLUÍDO	150	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL PAULO PESSOA GUERRA			CARUARU		VILA KENNEDY	55000-990	BNH	06/67	704	CONCLUÍDO	3.520	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL VILA RICA (1º ETAPA)			JABOATÃO DOS GUARARAPES		VILA RICA	54070-000	BNH	07/86	482	CONCLUÍDO	2.410	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL VILA RICA (2º ETAPA)			JABOATÃO DOS GUARARAPES		VILA RICA	54070-000	BNH	06/88	1447	CONCLUÍDO	7.235	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL VITÓRIA DE SANTO ANTÃO			VITÓRIA DE STº ANTÃO		REDEJANÇO	55602-000	BNH	01/77	100	CONCLUÍDO	500	COHAB/PE
NÚCLEO HABITACIONAL VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (MULTIPLA)			VITÓRIA DE STº ANTÃO		VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	55602-000	BNH	09/68	500	CONCLUÍDO	2.500	COHAB/PE
VILA ARQUITETA MARIA LÚCIA			RECIFE		IPSEP	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	400	CONCLUÍDO	2.000	SSAM
VILA BELO JARDIM			BELO JARDIM		BELO JARDIM	55150-001	GOVERNO DO ESTADO	*	54	CONCLUÍDO	270	SSAM
VILA BOM CONSELHO			BOM CONSELHO		BOM CONSELHO	55330-000	GOVERNO DO ESTADO	*	50	CONCLUÍDO	250	SSAM
VILA BONGI			RECIFE		BONGI	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	69	CONCLUÍDO	345	SSAM
VILA CANHOTINHO			CANHOTINHO		CANHOTINHO	55420-000	GOVERNO DO ESTADO	*	32	CONCLUÍDO	160	SSAM
VILA CARUARU			CARUARU		CARUARU	55000-990	GOVERNO DO ESTADO	*	250	CONCLUÍDO	1.250	SSAM
VILA CASTELO BRANCO			GOIANA		GOIANA	55900-000	GOVERNO DO ESTADO	*	164	CONCLUÍDO	820	SSAM
VILA CORONEL MANGEL CLEMENTINO COELHO			PETROLINA		PETROLINA	55346-500	GOVERNO DO ESTADO	*	200	CONCLUÍDO	1.000	SSAM
VILA DA COZINHEIRA			RECIFE		SANTO AMAURO	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	87	CONCLUÍDO	435	SSAM
VILA DOIS UNIDOS			RECIFE		BEBERIBE	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	360	CONCLUÍDO	1.800	SSAM
VILA DR. MANOEL CLEMENTINO			CABO DE STO AGOSTINHO		CABO DE STO AGOSTINHO	54500-990	GOVERNO DO ESTADO	*	468	CONCLUÍDO	2.340	SSAM
VILA ERICINA LAFENDA			SÃO LOURENÇO DA MATA		SÃO LOURENÇO DA MATA	54705-000	GOVERNO DO ESTADO	*	170	CONCLUÍDO	850	SSAM
VILA FUNDAÇÃO CASA OPERÁRIA			RECIFE		ARCOZADOS	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	34	CONCLUÍDO	170	SSAM
VILA GAVIATEIRA			RECIFE		CABANGA	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	43	CONCLUÍDO	215	SSAM
VILA GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES			RECIFE		ENGENHO DO VIEJO	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	987	CONCLUÍDO	4.935	SSAM
VILA IMBIRIBEIRA MARGEM DIREITA			RECIFE		IMBIRIBEIRA	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	345	CONCLUÍDO	1.725	SSAM
VILA IMBIRIBEIRA MARGEM ESQUERDA			RECIFE		IMBIRIBEIRA	50000-000	GOVERNO DO ESTADO	*	442	CONCLUÍDO	2.210	SSAM
VILA DE ITAMARACÁ			ITAMARACÁ		ITAMARACÁ	53900-000	GOVERNO DO ESTADO	*	70	CONCLUÍDO	350	SSAM
VILA DE ITAMBÉ			ITAMBÉ		ITAMBÉ	55920-000	GOVERNO DO ESTADO	*	50	CONCLUÍDO	250	SSAM
VILA JATOBÁ			OLINDA		JATOBÁ	53010-005	GOVERNO DO ESTADO	*	10	CONCLUÍDO	50	SSAM